



EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2026

Processo Administrativo PC nº 14/2026
Ampla Concorrência

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que a Fundação de Ensino Técnico “DR. Renê Barsam” - FETI/MG, com endereço à Rua Major Eustáquio nº 790 – São Benedito – Uberaba/MG, CEP 38.010-270, inscrito no CNPJ sob o nº 19.061.464/0001-36, isento de inscrição estadual, realizará a licitação para **Prestação de serviços de implantação, gerenciamento, administração, fiscalização, supervisão, emissão e fornecimento DE CARTÃO ELETRÔNICO/MAGNÉTICO - TIPO CARTÃO ALIMENTAÇÃO** (contendo tecnologia de chip e senha individual); utilizado para aquisição de gêneros alimentícios, por intermédio de estabelecimentos comerciais (hipermercados, supermercados, mercados, mercearias, açougues, hortifrutigranjeiros, padarias e afins) e destinado aos Servidores da FETI, na modalidade Pregão, na forma ELETRÔNICA e modo de disputa ABERTO, com critério de julgamento menor preço/ **MENOR PERCENTUAL DE TAXA ADMINISTRATIVA**, regido pela Lei Federal nº 14.133, de 01/04/21, Decreto Municipal nº 3.815 de 31/03/2023 e Lei Complementar nº 123 de 14/12/06 e suas alterações e demais condições fixadas neste edital.

Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília/DF.

DATA DA SESSÃO:	Data: 07/07/2026
PERÍODO DE PROPOSTAS	De 17/06/2026 às 08:00 h até 07/07/2026 às 08:59 h
DATA E HORÁRIO DA ABERTURA DAS PROPOSTAS E INÍCIO DA SESSÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO:	: 07/07/2026 às 09:00h
LINK DE ACESSO A PLATAFORMA LICITANET:	https://www.licitanet.com.br/
CRITÉRIO DE JULGAMENTO	Menor taxa administrativa / Maior desconto
VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO	R\$ 898.560,00 (oitocentos e noventa e oito mil quinhentos e sessenta reais) // Taxa Administrativa 0,00%
PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS:	agentecontratacao.feti@gmail.com

INFORMAÇÕES: O Edital e seus ANEXOS poderão ser obtidos de forma integral e gratuita nos seguintes acessos:

- * Portal do Cidadão da FETI de Uberaba/MG [Aba TRANSPARÊNCIA] pelo link: <<http://prefeitura.uberaba.mg.gov.br/portalcidadao>>;
- * Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP), pelo link: <<https://www.gov.br/pncp/pt-br>>;
- * Junto à plataforma eletrônica de licitações (LICITANET): . <https://www.licitanet.com.br/>



1- DO OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1- O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para **Prestação de serviços de implantação, gerenciamento, administração, fiscalização, supervisão, emissão e fornecimento DE CARTÃO ELETRÔNICO/MAGNÉTICO - TIPO CARTÃO ALIMENTAÇÃO** (contendo tecnologia de chip e senha individual); utilizado para aquisição de gêneros alimentícios, por intermédio de estabelecimentos comerciais (hipermercados, supermercados, mercados, mercearias, açougues, hortifrutigranjeiros, padarias e afins) e destinado aos Servidores da FETI, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2- A licitação será de um único item, cujo critério de julgamento é a menor taxa administrativa, sendo que a adjudicação será feita pelo menor percentual de taxa de administração a ser aplicada sobre a fatura mensal, considerando o menor dispêndio para a Administração.

ITEM	ESPECIFICAÇÕES/DESCRIÇÃO DO ITEM	QTD. MESES	VALOR CRÉDITO MÊS	TAXA DE ADM. MÁX.
01	<p><i>Prestação de serviços de implantação, gerenciamento, administração, fiscalização, supervisão, emissão e fornecimento de cartão eletrônico/magnético - tipo cartão alimentação (contendo senha individual e chip); utilizado para aquisição de gêneros alimentícios, por intermédio de estabelecimentos comerciais (hipermercados, supermercados, mercados, mercearias, açougues, hortifrutigranjeiros, padarias e afins) e destinado aos Servidores da Fundação de Ensino Técnico Intensivo "Dr. Renê Barsam" - FETI.</i></p> <p><i>Em suma: CRÉDITO ALIMENTAÇÃO MENSAL PARA OS SERVIDORES DA FUNDAÇÃO, SENDO ESTES, EM MÉDIA, 72 (SETENTA E DOIS) SERVIDORES (quantidade estimada = quadro atual e novas contratações); sendo que, o número atual de Servidores na referência 04/2026 é de 64 (sessenta e quatro).</i></p>	12 (doze) meses	R\$1.040,00 (por Serv.)	Percentual MÁX. de taxa administrativa estimada é: 0,00%
Valor global/mensal (estimado)		R\$ 74.880,00 (setenta e quatro mil, oitocentos e oitenta reais)		
Valor global/anual (estimado)		R\$ 898.560,00 (oitocentos e noventa e oito mil, quinhentos e sessenta reais)		

** O valor referencial da taxa de administração de 0% (zero por cento), justifica-se com base nas propostas comerciais obtidas com empresas que ofertam os serviços condizentes com o objeto desta licitação, todas as propostas foram de taxa de administração de 0% (zero por cento).*

1.3- O valor mensal estimado para custeio do objeto contratual, a ser pago mediante créditos em cartões alimentação, incluindo todos os custos inerentes à prestação dos serviços, será de R\$ 74.880,00 (setenta e quatro mil, oitocentos e oitenta reais), perfazendo o valor global



estimado de R\$ 898.560,00 (oitocentos e noventa e oito mil, quinhentos e sessenta reais) para o período de 12 (doze) meses. O valor estimado constitui mera previsão de consumo, reservando-se a Fundação o direito de utilizá-lo total ou parcialmente, conforme sua necessidade, não cabendo à contratada pleitear qualquer tipo de reparação ou indenização em razão da utilização parcial dos quantitativos ou valores estimados.

Unidade	Qtd. estimada de servidores	Valor do benefício	Quantidade de meses	Valor mensal estimado	Valor anual estimado
FETI	72	R\$ 1.040,00	12	R\$ 74.880,00	R\$ 898.560,00

1.3.1- O número de beneficiários é variável em razão da mutabilidade dos quadros funcionais, estando subordinado ao interesse e necessidade da FETI, de forma que a quantidade de usuários é estimada e não implica em obrigatoriedade de contratação, servindo apenas como referencial para elaboração das propostas.

1.3.2- A quantidade de cartões poderá ser alterada pela FETI, no caso de novas contratações ou exonerações cujas quantidades serão definidas de acordo com a rotatividade real de servidores da Fundação. Já o valor dos cartões/benefício individual também é variável, podendo ser modificado em caso de autorização por Lei ou Decreto Municipal do Poder Executivo. Neste caso o valor alterado deverá ser apostilado junto ao termo de contrato e seus aditivos.

1.3.4 - A FETI não está inserida no Programa de Alimentação do Trabalhador – PAT. Sendo assim, a licitação não poderá ser fundamentada como contratação sujeita a obrigações próprias de pessoa jurídica participante do Programa, sem prejuízo de serem observadas, no que couber, as normas gerais e específicas relacionadas ao auxílio-alimentação e ao regime jurídico dos beneficiários do referido Programa.

1.3.5- As empresas licitantes deverão possuir condições tais que garantam a responsabilidade, presteza, segurança e eficácia da execução do objeto, de modo a obter pleno resultado na realização dos serviços mencionados neste instrumento.

1.4- A utilização dos cartões alimentação da empresa vencedora da licitação deverá ser viável junto à ampla rede de estabelecimentos credenciados ativos no Município de Uberaba/MG, aptos a atender satisfatoriamente os servidores da Fundação em termos de qualidade, quantidade, diversidade e preços praticados no mercado, destinados ao fornecimento de gêneros alimentícios in natura e refeições prontas.

1.5- A Contratada deverá apresentar e manter, durante toda a execução contratual, mediante documentação comprobatória, relação contendo, no mínimo, 50 (cinquenta) estabelecimentos credenciados, incluindo hipermercados, supermercados, mercearias, açougues, hortifrutigranjeiros, padarias, restaurantes e estabelecimentos congêneres, dentre os quais deverão constar, no mínimo, 03 (três) hipermercados, não sendo admitida, para esse quantitativo específico, a substituição por supermercados, mercearias, açougues, hortifrutigranjeiros, padarias e estabelecimentos similares. Os quantitativos mínimos da rede credenciada encontram-se discriminados no quadro abaixo, bem como no item 1.3 do Termo de Referência.



TIPO DE REQUISITO	QUANTIDADE MÍNIMA	PRAZO DE COMPROVAÇÃO
Rede credenciada total no Município de Uberaba/MG	50 estabelecimentos	50% na assinatura do contrato e 100% em até 30 dias após a assinatura
Hipermercados / Atacarejo	03 hipermercados	Conforme documentação comprobatória e aceitação efetiva do cartão
Estabelecimentos de alimentos in natura e refeições	Diversificados dentro do total mínimo	Relação atualizada, com possibilidade de diligência e fiscalização

1.5.1. A comprovação de rede credenciada deverá demonstrar a aceitação efetiva do cartão como vale-alimentação, não bastando indicação genérica de aceitação de bandeira de cartão de crédito ou débito.

1.6 - A taxa máxima aceitável de administração para o certame equivale a 0,00% (zero por cento), **SENDO PERMITIDO A OFERTA DE PERCENTUAL NEGATIVO**, observado o limite do valor global estimado para a eventual contratação de R\$ 898.560,00 (oitocentos e noventa e oito mil, quinhentos e sessenta reais), por 12 meses.

1.7-Nos preços propostos relativos à taxa de administração para prestação de serviço, considerar-se-ão inclusos todos os tributos, encargos sociais e trabalhistas, fretes, seguros, despesas com salários, transporte, hospedagem de pessoal, fornecimento de materiais, equipamentos, software e licenças de uso, hospedagem de dados, treinamentos, manutenção e atualização de sistema e equipamentos e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre a prestação dos serviços, objeto deste Edital, as quais ficarão a cargo único e exclusivo do proponente.

1.8 - A referente contratação é de natureza contínua, conforme art. 106 da Lei 14.133/2021

1.9 - O benefício-alimentação será fornecido através de cartões eletrônicos, magnéticos, confeccionados em PVC, com tamanho padrão para cartões do tipo, contendo chip, contendo sistema de controle de saldo e senha numérica, pessoal e intransferível; para validação das transações eletrônicas, através de digitação em equipamentos dos estabelecimentos comerciais credenciados;

1.10 - Os cartões magnéticos deverão ser entregues bloqueados e em envelopes lacrados; e deverão ser desbloqueados pelo Departamento de Desenvolvimento e Gestão de Pessoas da Fundação, via sistema (da empresa vencedora);

1.10.1. Os cartões deverão ter obrigatoriamente senha individualizada, obedecendo aos padrões técnicos e características físicas que garantam a segurança quando da distribuição e da utilização no pagamento das despesas;

1.11 - Os cartões deverão ser personalizados com o nome do servidor, identificação da Fundação de Ensino Técnico Intensivo Dr. Renê Barsam - FETI, numeração sequencial de identificação e controle individual, nome e telefone de contato da empresa contratada, devendo



ser equipados com *chip* de segurança e entregues lacrados, acompanhados de manual básico de utilização;

1.11.1 - O auxílio-alimentação deverá ser fornecido por meio de cartões dotados de tecnologia de *chip* de segurança com senha numérica para validação das transações, por meio de equipamentos TEF, POS/PDV ou similares, para aquisição de alimentos *in natura*, gêneros alimentícios e refeições nos estabelecimentos credenciados;

1.11.2. Será permitida a utilização de *QR Code* via aplicativo e de plataformas online de pagamento, desde que em todas as transações seja solicitada senha de uso pessoal e intransferível para validação da operação;

1.12 - A Contratada deverá oferecer sistema de controle informatizado/atualizado, onde seja permitida a recarga, a consulta de saldo, a solicitação de 2ª (segunda) via e demais relatórios pertinentes.

1.12.1- A segunda via do cartão deverá ser **GRATUITA**, não gerando ônus para o Servidor e nem para a Fundação.

1.13. A contratada deverá disponibilizar opção de autosserviço ao usuário, por meio de plataforma completa e inteligente, inclusive aplicativo compatível com os sistemas Android e iOS, com funções voltadas ao gerenciamento do benefício e à extração de informações em tempo real. O aplicativo deverá conter, no mínimo: • consulta de saldo e extrato; • bloqueio de cartões; • consulta atualizada da rede de estabelecimentos credenciados; • forma de contato com a contratada; • Alteração de senha.

1.14. A contratada deverá possuir sistema *web*, em *software* próprio, para que os prepostos da FETI realizem as rotinas administrativas necessárias à execução contratual, dentre elas: • pedidos de créditos e estornos de créditos indevidos; • solicitações de segunda via de cartões; • bloqueio imediato de cartão, quando necessário; • relatórios gerenciais de créditos, cartões, beneficiários, rede credenciada e demais informações pertinentes à execução contratual.

1.15- A contratação compreende solução integrada, em lote único, abrangendo todos os serviços necessários à plena operacionalização do benefício, incluindo emissão e entrega dos cartões, recarga mensal, manutenção de rede credenciada, atendimento aos usuários, disponibilização de aplicativo, sistema web administrativo, relatórios gerenciais, suporte técnico e observância das normas de segurança da informação e proteção de dados pessoais.

1.16. A FETI admitirá empresas com arranjos de pagamento **ABERTOS OU FECHADOS**, desde que atendam às exigências do edital, incluindo rede mínima de estabelecimentos e comprovação de aceitação do cartão, no caso de arranjo aberto sendo obrigatória a comprovação de credenciamento e habilitação dos estabelecimentos para uso do vale-alimentação, conforme o Termo de Referência 1.4 e 1.4.1.

1.16.1. No caso de cartões alimentação com arranjo aberto de pagamento, considerando que sua aceitação não ocorre automaticamente nos estabelecimentos que operam determinada bandeira nas funções débito ou crédito, **SERÁ EXIGIDA** documentação comprobatória de credenciamento, cadastro específico, habilitação e configuração do ponto de venda - PDV para recebimento via vale-alimentação



1.17- A licitante interessada deverá observar todos os requisitos e obrigações estipulados **principalmente em todos os tópicos do Termo de Referência, anexo XI deste Edital.**

1.18- *Justificativas para o parcelamento ou não da contratação*

O serviço deverá ser contratado e executado em lote único, considerando que o objeto envolve solução integrada de implantação, gerenciamento, administração, fiscalização, supervisão, emissão e fornecimento de cartões de auxílio-alimentação, com rede credenciada, sistema administrativo, aplicativo, suporte técnico e operacional; O parcelamento do objeto poderia prejudicar a gestão centralizada do benefício, criar incompatibilidades entre sistemas, dificultar o controle administrativo, comprometer a fiscalização contratual e gerar riscos à continuidade da prestação dos serviços. Assim, a contratação em lote único se mostra mais eficiente, segura e adequada ao interesse público.

2 - DA EXIGÊNCIA DE CARTÃO EQUIPADO COM CHIP DE SEGURANÇA

2.1 – A contratação compreenderá a implantação, gerenciamento, administração, fiscalização, supervisão, emissão e fornecimento de cartões eletrônicos/magnéticos com tecnologia de *chip* de segurança, senha pessoal e intransferível, recarga mensal de créditos, sistema *web* de gestão, aplicativo aos usuários, suporte técnico e rede de estabelecimentos credenciados no município de Uberaba (MG);

2.2. A tecnologia exigida dos licitantes tem como finalidade ampliar a segurança das transações, permitir o controle total dos créditos e combater fraudes, conforme justificativa e fundamentos apresentados no Termo de Referência em seu **item 3.6**, Anexo XI deste Edital.

3. DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

3.1- As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária específica, demonstrada abaixo:

04.29.10.04.122.0401.8001.339039-2121 - Fonte 1500.

4. DO CREDENCIAMENTO NA PLATAFORMA PARA PARTICIPAÇÃO

4.1- Para participar do pregão eletrônico, o licitante deverá estar credenciado no sistema “PREGÃO ELETRÔNICO” através do site <https://licitanet.com.br/>.

4.1.1- As Licitantes interessadas deverão proceder ao credenciamento antes da data marcada para início da sessão pública via internet.

4.2- O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

4.3- O credenciamento junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade legal do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão na forma eletrônica.

4.4- O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do



sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

5. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

5.1- Poderão participar deste PREGÃO ELETRÔNICO, via internet, os interessados cujo objetivo social seja pertinente ao objeto do certame, que atendam a todas as exigências deste Edital e da legislação a ele correlata, inclusive quanto à documentação, e que estejam devidamente credenciadas, através do site <https://licitanet.com.br/>.

5.2- O procedimento será divulgado na Plataforma Licitanet: <https://www.licitanet.com.br/>, no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP e no Diário Oficial do Município de Uberaba (MG): <https://imprensaoficialmunicipal.com.br/uberaba>.

5.3- A habilitação dos licitantes deverá ser comprovada por meio de prévia e regular inscrição cadastral junto ao Portal de Compras Eletrônico “Licitanet”, no menu “Habilitanet”. Até o horário estabelecido, **sendo exigidos os documentos comprobatórios somente da licitante vencedora, validados, atualizados.**

5.4- O custo pela utilização dos recursos da tecnologia da informação ficará a cargo do FORNECEDOR, que pagará ao “Licitanet”, através de boleto bancário, os seguintes valores:

AVULSO	MENSAL	TRIMESTRAL	ANUAL
R\$ 107,00	R\$ 161,00	R\$ 341,00	R\$ 827,00

** Vale ressaltar, que o licitante executará, por conta e risco as operações no formato Home Broker (é o canal direto de relacionamento entre o licitante e o Portal de Compras Eletrônico - “Licitanet”, não havendo a necessidade de intermediação de corretoras).*

5.5- O interessado em participar responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

5.6- O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

5.7- É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

5.8- A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.



5.9- Para este Pregão, a participação será por ampla concorrência, resguardando, no que couber, o disposto nos artigos 48 e 49 da Lei Complementar nº123/2006.

5.9.1- No caso em que houver MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE fica assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.

5.9.2. A obtenção de benefícios dos artigos 42 a 49 da Lei Complementar 123/2006 fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

5.9.3. Em caso de contratações com prazo de vigência superior a 01 (um) ano, será considerado o valor anual do contrato na aplicação dos limites acima estabelecidos (artigo 4º, §3º, da Lei Federal nº 14.133/2021).

5.10- A participação nesta licitação importa à proponente na irrestrita aceitação das condições estabelecidas no presente Edital, bem como, a observância dos regulamentos, normas administrativas e técnicas aplicáveis, inclusive quanto a recursos. A não observância destas condições ensejará no sumário IMPEDIMENTO da proponente, no referido certame.

5.11- Não cabe aos licitantes, após sua abertura, alegação de desconhecimento de seus itens ou reclamação quanto ao seu conteúdo. Antes de elaborar suas propostas, as licitantes deverão ler atentamente o Edital e seus anexos, devendo estar em conformidade com as especificações dos seus ANEXOS XI, XII e XIII.

5.12- Como requisito para participação no PREGÃO ELETRÔNICO o Licitante deverá manifestar-se, em campo próprio do Sistema Eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta de preços está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório, bem como a descritiva técnica constante do ANEXO XI (TERMO DE REFERÊNCIA).

5.13- Independentemente de declaração expressa, a simples apresentação de proposta implica submissão a todas as condições estipuladas neste Edital e seus Anexos, sem prejuízo da estrita observância das normas contidas na legislação mencionada em seu preâmbulo.

5.14- A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará a licitante às sanções previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021.

5.15- NÃO poderão disputar este PREGÃO ELETRÔNICO, direta ou indiretamente, empresas que estejam enquadradas nos seguintes casos:

- a) Aquelas que **NÃO** atenda às condições deste Edital e seus anexos;
- b) Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- c) Consórcio de empresas, qualquer que seja sua forma de constituição**;



- d) Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei Federal nº 6.404/1976, concorrendo entre si;
- e) Sociedades Cooperativas – “vedada a participação de cooperativas em licitação quando, pela natureza do serviço ou pelo modo como é usualmente executado no mercado em geral, houver necessidade de subordinação jurídica entre o obreiro e o contratado, bem como de pessoalidade e habitualidade”.
- f) Empresa que estiver em recuperação judicial, processo de falência ou sob o regime de concordata, concurso de credores, dissolução ou liquidação; Ressalva: É possível a participação de empresa em recuperação judicial, desde que amparada em certidão emitida pela instância judicial competente, que certifique a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório nos termos da Lei nº 14.133/2021. (TCU, Ac. 8.271/2011-2ª Cam., Dou de 04/10/2011).
- g) Submissa a concurso de credores, em liquidação ou em dissolução;
- h) Empresa declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, na forma do artigo 156, inciso IV, § 5º, da Lei Federal nº 14.133/2021;
- i) Empresa suspensa temporariamente do direito de licitar e/ou impedida de contratar no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta do Município de Uberaba/MG, nos termos do artigo 156, inciso III, § 4º da Lei Federal nº 14.133/2021;
- j) Enquadrada nas vedações previstas no artigo 14 da Lei nº 14.133/21.
- k) Aquelas que mantenham vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.
- l) Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021](#).
- m) Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados.
- n) O impedimento de que trata este item será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.



- o) Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- p) O disposto nestes itens não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- q) Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).
- r) A vedação de que trata este item estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

5.16- Qualquer dúvida em relação ao acesso na plataforma operacional (www.licitanet.com.br) deverá ser esclarecida pelo Suporte, através dos telefones e e-mails abaixo: - (34) 2512-6500 - forneecedor@licitanet.com.br.

**** JUSTIFICATIVA PARA VEDAÇÃO CONSÓRCIO:** Considerando que é ato discricionário da Administração diante da avaliação de conveniência e oportunidade no caso concreto; e considerando que existem no mercado diversas empresas com potencial técnico profissional e operacional suficiente para atender satisfatoriamente às exigências previstas neste edital, entende-se que é conveniente a vedação de participação de empresas em "consórcio" no Pregão Eletrônico em tela. Conforme justificativa no Termo de Referência 4)

6. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS CRITÉRIOS DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

6.1- Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema (<https://licitanet.com.br/>), a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

6.1.1- A proposta deverá conter também a descrição detalhada do objeto ofertado (incluindo quantidade, preço, especificações técnicas (quando necessário) e marca), vedada a identificação do titular da proposta até o horário limite de início da sessão e fim da fase de lances.

6.2- Em caso de identificação do titular da proposta registrada, esta será **DECLASSIFICADA** pela Pregoeira.

6.2.1- A Licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no Sistema Eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras sua proposta de preços e lances inseridos em sessão pública.

6.3- O licitante deverá obedecer rigorosamente aos termos deste Edital e seus anexos. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no PORTAL e as especificações constantes no subitem 10 e Anexo I deste Edital, prevalecerão estas últimas.



6.4- Na Proposta de Preços registrada/inserida no sistema deverão estar incluídos todos os insumos que o compõem, tais como: despesas com mão-de-obra, materiais, equipamentos, impostos, taxas, fretes, descontos e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto desta licitação.

6.5- No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

6.5.1- Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

6.5.2- Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

6.5.3- Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

6.5.4- Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

6.6- O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

6.7- O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto, no que couber, a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

6.8- A falsidade da declaração de que trata os itens 6.2 ou 6.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

6.8.1- As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

6.9- Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

6.9.1- Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.



6.10- Os documentos que compõem a proposta do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação da Pregoeira e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

6.11- O Licitante será inteiramente responsável por todas as transações assumidas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como verdadeiras e firmes suas propostas e subseqüentes lances, bem como acompanhar as operações no sistema durante a sessão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

6.12. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação, a Pregoeira verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta ao seguinte cadastro:

a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

b) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça: www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php

c) Lista de Inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU;

d) Para a consulta de fornecedores pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “a”, “b” e “c” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>).

6.13 - A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

6.13.1 - Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

6.13.1.1 - A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

6.14- Constatada a existência de sanção, a Pregoeira reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

6.15. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do fornecedor, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

6.16 - Na hipótese de o licitante ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor



juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

6.17 - Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

6.18 - Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

6.19 - Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

6.20- Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

6.21- Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes à Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, por constar no próprio documento que é válido para matriz e filiais, bem assim quanto ao Certificado de Regularidade do FGTS, quando o licitante tenha o recolhimento dos encargos centralizado, devendo, desta forma, apresentar o documento comprobatório de autorização para a centralização.

6.22- A habilitação dos licitantes deverá ser comprovada por meio de prévia e regular inscrição cadastral junto ao Portal de Compras Eletrônico “Licitanet”, no menu “Habilitanet”.

6.23- O licitante vencedor encaminhará, exclusivamente por meio do sistema (<https://licitanet.com.br/>), nos termos deste Edital, a documentação relacionada, as declarações do item 06 deste edital, bem como do item 10 e Anexo I, para fins de habilitação.

6.24 - O objeto social descrito no ato constitutivo deverá possuir ramo de atividade compatível ao objeto deste edital (Item 10 e ANEXO I).

6.25 - As declarações exigidas para habilitação na lei 14.133/2021 (artigos 63, I, IV, §1º e 68, VI) serão impressas e conferidas pela Pregoeira, no próprio sistema licitanet e anexadas ao processo licitatório.

6.26 - Qualquer informação incompleta ou inverídica constante dos documentos apresentados apurada pela Pregoeira, mediante simples conferência ou diligência, implicará na inabilitação da respectiva licitante e envio dos documentos para o M.P.M.G (Ministério Público de Minas Gerais), para apuração, se possível, de prática delituosa, conforme art. 155 e seguintes da Lei Federal 14.133/21.



6.27 - Não serão aceitos protocolos de pedidos ou solicitações de documentos, em substituição aos documentos requeridos no presente Edital, salvo o disposto no artigo 64 da Lei 14.133/21, respeitando o prazo para envio dos documentos complementares ou em caso de fato interveniente ou força maior, que não prejudique ou modifique sua proposta ou sua habilitação jurídica, até a data de assinatura do contrato. Desde que sejam entregues, durante a sessão, outras documentações que comprovem a segurança jurídica de sua habilitação.

6.28 - A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

6.29 - Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

6.30 - A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte, com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

6.31- Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a Pregoeira suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

6.32- Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação ou a Pregoeira poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

6.33 - Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, a Pregoeira examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

6.34 - A verificação pela Pregoeira, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

6.35 - Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

6.36 - Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

6.37 - As Certidões que não possuírem prazo de validade, somente serão aceitas com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias consecutivos de antecedência da data de abertura da sessão deste Pregão.



7. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA INICIAL

7.1- O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento no sistema eletrônico, contendo, no mínimo, os seguintes elementos, sob pena de desclassificação:

- a) Valor unitário (mensal) e total (anual) da taxa de administração dos itens;
- b) Quantidade e Descrição detalhada do objeto ofertado, consoante exigências editalícias;
- c) Indicação em percentual (%) de desconto, incidente sobre os valores referencial.
- d) Proposta contendo a taxa de administração, limitado a 02 (duas) casas decimais, admitindo-se a taxa negativa ou igual a 0 (zero);
- e) Diante da taxa administrativa apresentada pelo licitante vencedor, o mesmo deverá mostrar a viabilidade de sua proposta através de planilha de custos detalhada, onde deverá ficar comprovado a exequibilidade da oferta.

7.1.2- No preenchimento da proposta caso o licitante interessado seja o próprio prestador dos serviços do objeto deste Edital, nos campos marca e modelo deverão ser preenchidos sem identificar o titular da proposta; (Exemplo: a palavra “marca própria/execução própria”)

7.1.3- Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência - ANEXO XI: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;

7.1.4- Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

7.2- Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

7.3- Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

7.4- O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

7.5. DA PLANILHA DE CUSTOS:

7.5.1. Não obstante a taxa administrativa apresentada pelo licitante, o mesmo deverá demonstrar a viabilidade de sua proposta final através de planilha de custos detalhada, onde deverá ficar comprovado a exequibilidade da proposta.

7.5.2. O descumprimento das regras supramencionadas desta Administração Pública por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelos Tribunais de Contas (TCMG, TCU), após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências:

- a) assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do artigo 71, inciso IX da Constituição Federal de 1988;



b) condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobre preço na execução do contrato

8. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS, FORMULAÇÃO DE LANCES E ENVIO DAS PROPOSTAS ADEQUADAS

8.1- No horário estabelecido neste Edital, a Pregoeira abrirá a sessão pública, verificando as propostas de preços lançadas no sistema, as quais deverão estar em perfeita consonância com as especificações e condições detalhadas neste edital.

8.2- A Pregoeira PODERÁ suspender a sessão para visualizar e analisar, preliminarmente, a proposta ofertada que se encontra inserida no campo “DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO” do sistema, confrontando suas características com as exigências do Edital e seus anexos (podendo, ainda, ser analisado pelo órgão requerente), DESCLASSIFICANDO, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade, que forem omissas ou apresentarem irregularidades insanáveis.

8.3- Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

8.4- Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

8.5- A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

8.6- A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

8.7- O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

8.8- O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre a Pregoeira e os licitantes.

8.9- Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

8.9.1- O lance deverá ser ofertado pelo valor total do lote.

8.10- O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

8.11- O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta de MENOR TAXA ADMINISTRATIVA é de R\$ 00,01 (um centavo) e negativa.



8.12- Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “ABERTO”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

8.13- A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

8.14- A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

8.15- Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

8.16- Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá a Pregoeira, assessorada pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

8.17- Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

8.18- Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

8.19- No caso de desconexão com a Pregoeira, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

8.20- Quando a desconexão do sistema eletrônico para a Pregoeira persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pela Pregoeira aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

8.21- Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

8.22- No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

8.23- Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

8.24- Havendo eventual empate entre propostas, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

- a) Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;



- b) Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- c) Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- d) Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- e) Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- f) Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
- g) Empresas brasileiras;
- h) Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- i) Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

8.25- Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese de a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, a Pregoeira poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

8.26- A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

8.27- A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.28- O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

8.29- A Pregoeira solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo mínimo de 2 (duas) horas, envie a proposta final adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada dos documentos de habilitação e, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e deverá:

- a) Ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal;



- b) Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

8.30- O licitante vencedor deverá assinar a sua proposta final e anexá-la no sistema.

8.31- O licitante deverá colocar no campo observação do sistema ou informar no chat; o representante legal para fins de assinatura, do contrato e dados bancários para pagamento.

8.32- O e-mail informado pela licitante deverá ser do representante legal da empresa, pois esse e-mail será utilizado para entrar em contato.

8.33- Quando da atualização da proposta de preço, o licitante deverá atualizar observando os valores unitários e globais os quais deverão ser menores ou iguais aos valores máximos/referência expressos no termo de referência (ANEXO XI), sob pena de desclassificação.

8.34- Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

8.35- É facultado a Pregoeira prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

8.36- Após a negociação do preço, a Pregoeira iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

9. DA FASE DE JULGAMENTO DA PROPOSTA

9.1- Encerrada a etapa de negociação, a Pregoeira examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no decreto municipal n.º 3.815/2023.

9.2- Se a mesma empresa, se for o caso, vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.

9.3- Será desclassificada a proposta final ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado, ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

9.3.1- Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.



9.4- Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

9.4.1- Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

9.4.2- A Pregoeira poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo mínimo de (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

9.5- O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pela Pregoeira por solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pela Pregoeira.

9.6- Dentre os documentos passíveis de solicitação pela Pregoeira, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pela Pregoeira, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

9.7- Será desclassificada a proposta vencedora que:

- a) Contiver vícios insanáveis;
- b) Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência (ANEXO XI);
- c) Apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do preço máximo definido para a contratação;
- d) Não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- e) Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

9.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração Pública.

9.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência da Pregoeira, que comprove que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta, e inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.



9.8.2. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

9.8- Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, a Pregoeira examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação. Havendo necessidade, a Pregoeira suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

9.9- A Pregoeira poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

9.10- Também nas hipóteses em que a Pregoeira não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

9.11- A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

9.12.- Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

9.13- Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, a Pregoeira verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

10. DA HABILITAÇÃO

10.1 - A habilitação se dará com a apresentação dos seguintes documentos:

10.1.1 - Habilitação Jurídica:

10.1.1.1 - Cópia autenticada do ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, com todas as alterações, se houver, devidamente registrado e arquivado na repartição competente.

10.1.1.2 - Poderá ser apresentada somente a última alteração contratual, desde que estejam devidamente consolidadas as demais alterações.

10.1.1.3 – Em se tratando de sociedade anônima, cópia da publicação no Diário Oficial da Ata da Assembleia que aprovou o estatuto e elegeu os atuais administradores e da certidão de arquivamento na repartição competente.

10.1.1.4 - Decreto de autorização, em se tratando de sociedade estrangeira, para funcionamento expedido pelo órgão competente.

10.1.2 - Regularidade fiscal, social e trabalhista:

10.1.2.1 - Certidão Negativa de Débitos Municipais (**CND Municipal**), expedida pelo Município do seu domicílio.

10.1.2.2 – Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (**CNPJ**).



10.1.2.3 - Certidão conjunta negativa de débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União/Seguridade Social, expedida pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e Receita Federal do Brasil. (**CND Federal**)

10.1.2.4 - Certidão Negativa de Débitos Estaduais ou prova de regularidade para com a Fazenda Pública Estadual. (**CND Estadual**)

10.1.2.5 - Certificado de Regularidade de Situação (CRS) perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – (**FGTS**).

10.1.2.6 - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (**CND Trabalhista**), expedida pelo Tribunal Superior do Trabalho.

10.1.2.7. Nos casos em que são dispensadas a inscrição (estadual e/ ou municipal), em razão da natureza da atividade empresarial, fica o licitante desobrigado a apresentar o comprovante de inscrição exigido.

10.1.3 - Qualificação econômico-financeira:

10.1.3.1. Certidão Negativa de feitos sobre falência, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, nos termos do artigo 69, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021.

10.1.3.2. É possível a participação de empresa em Recuperação Judicial, desde que amparada em certidão emitida pela instância judicial competente, que certifique que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório, devendo apresentar comprovação de que o plano de recuperação foi acolhido na esfera judicial, na forma do artigo 58 da Lei Federal nº 11.101/2005.

10.1.3.3. Os licitantes deverão de acordo com o porte da empresa, no que rege as ITG 1000, NBC TG 1000 (R1), NBC TG 1002, a Lei Federal nº 6.404/1976 e caput do artigo 69 da Lei Federal nº 14.133/2021, apresentar sob pena de desclassificação, o Balanço Patrimonial e a Demonstração de Resultado do Exercício, correspondente aos 02 (dois) últimos exercícios sociais, devidamente assinados por profissional habilitado da área contábil, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade e apresentado na forma da lei, comprovando a boa situação financeira da empresa.

10.1.3.3.1. Ressalvada pelo artigo 69, §6º da Lei Federal nº 14.133/2021, a pessoa jurídica constituída há menos de 02 (dois) anos, apresentará a documentação citada no subitem anterior referente ao seu último exercício.

10.1.3.3.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências de habilitação e ficarão autorizadas a substituir os Demonstrativos Contábeis pelo Balanço de Abertura.

10.1.3.3.3. Será considerado aceito na forma da lei, o Balanço Patrimonial assim apresentado.

10.1.3.3.4. Para sociedades anônimas, cópia do Balanço em Diário Oficial ou jornal de grande circulação da sede do licitante;



10.1.3.3.5. Para as demais empresas, cópias legíveis do balanço Patrimonial e da Demonstração do Resultado do Exercício, extraídos do Livro Diário, com os respectivos termos de abertura e de encerramento, registrados no órgão competente.

10.1.3.3.6. Para as empresas obrigadas a adotar a Escrituração Contábil Digital (ECD) e transmiti-la ao Sistema Público de Escrituração SPED, a validação das Demonstrações, dos Termos de Abertura e de Encerramento, ocorrerá por meio de apresentação do comprovante de entrega da ECD, cujo número será autenticado no Portal do SPED por profissional técnico da área que compõe o quadro de servidores desta Administração Municipal.

10.1.3.3.7. O Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado do Exercício, deverão estar assinados por contador ou outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.

10.1.3.3.8. A boa situação financeira do licitante será feita de forma objetiva, mediante cálculo de índices contábeis resultantes da aplicação das fórmulas abaixo:

- **Índice de Liquidez Corrente (I.L.C.) > ou = 1,00;**
- **Índice de Liquidez Geral (I.L.G.) > ou = 1,00 e;**
- **Índice de Solvência Geral (I.S.G.) > ou = 1,00.**

Tais índices serão obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

- $I.L.C. = AC / PC$;
- $I.L.G. = (AC + RLP) / (PC + ELP)$;
- $I.S.G. = AT / (PC + ELP)$.

Sendo:

- AC = Ativo Circulante;
- PC = Passivo Circulante;
- RLP = Realizável a Longo Prazo;
- ELP = Exigível a Longo Prazo;
- AT = Ativo Total.

10.1.3.3.9. Os índices supramencionados serão calculados pelo licitante e confirmados pelo responsável por sua contabilidade, mediante sua assinatura e a indicação do número de registro no Conselho Regional de Contabilidade, sendo que os índices serão confirmados pelo setor competente.

10.1.3.3.10. Os profissionais técnicos da Administração Municipal, quando verificarem a necessidade, poderão em ato de Diligência para análise de riscos e averiguação da documentação relacionada no item 6.4 e seguintes, solicitar a relação dos compromissos assumidos pela licitante que importem em diminuição de sua capacidade econômica financeira, bem como, quaisquer documentos complementares para embasamento da análise da qualificação econômica financeira, conforme § 3º do artigo 69 da Lei Federal nº 14.133/2021.



10.1.3.3.11. Em análise aos documentos, é ponderada se a licitante arrematante do item/lote, não deverá ser sinônimo de prejuízo à Administração Municipal, portanto, para verificar a margem de risco da contratação, os técnicos poderão solicitar documentos complementares, como por exemplo, Demonstrações Contábeis pertinentes e/ou o Plano de Recuperação Judicial.

10.1.3.3.12. JUSTIFICATIVA DOS ÍNDICES:

A análise de demonstrações contábeis consiste na decomposição, comparação e interpretação de dados extraídos dessas demonstrações, com objetivo de conseguir informações completas e seguras sobre a situação geral da entidade e fornecê-las aos acionistas, administradores, fornecedores, clientes, governo, instituições financeiras e outros usuários interessados, de modo a auxiliá-los na tomada de decisões.

A liquidez pode ser entendida como a capacidade da empresa de liquidar suas obrigações de curto e longo prazos sem a ocorrência de atrasos e ainda possuir certa reserva para eventuais imprevistos. A análise de liquidez é obtida através de quocientes, e equaliza os bens e os direitos da empresa, ou seja, mensura o quanto a empresa tem para cada unidade monetária que ela deve, através da análise de dados extraídos do Balanço Patrimonial. Quanto maior for a liquidez da empresa, melhor será sua situação financeira, embora somente uma elevada liquidez não configure em boa saúde financeira, necessitando observar, também, que o cumprimento das obrigações nas datas previstas demanda adequada administração dos prazos de recebimentos e pagamentos.

A liquidez corrente mede a capacidade de pagamento no curto prazo (geralmente 12 meses), ou seja, indica quanto a empresa poderá dispor em recursos de curto prazo para quitar suas obrigações de curto prazo. Indica o quanto existe de ativo circulante para cada \$ 1,00 de dívida de curto prazo. Sendo que se o índice de Liquidez Corrente for maior ou igual a 1,00 tem-se Capital Circulante Líquido positivo.

O Índice de Liquidez Geral serve para detectar a condição financeira a curto e longo prazo (maior que 12 meses) da empresa, demonstrando quanto a empresa possui de Ativo Circulante e Realizável em Longo Prazo para cada R\$ 1,00 de dívida de curto e longo prazo. Assim, pode ser considerada uma ferramenta de análise da segurança financeira da empresa a longo prazo, evidenciando sua capacidade de sanar todos os compromissos assumidos.

Por sua vez, a solvência é a capacidade de uma companhia de quitar suas obrigações financeiras, sendo que o cálculo do índice de solvência objetiva verificar se a empresa terá condições de adimplir todos os seus compromissos financeiros sem comprometer a boa qualidade da execução contratual.

Assim, calcular a solvência não só auxilia as empresas na tomada de decisões estratégicas. Como também demonstra à Administração Pública sua capacidade de adimplir fielmente os encargos contratuais que vierem a ser assumidos.

Para todos os índices de liquidez, o resultado maior que um (“>1”) indica, em regra, a boa situação financeira, por demonstrar um equilíbrio nas contas da companhia. Ademais, quanto maior o resultado, melhor, em tese, a condição financeira da empresa.



10.1.3.3.12.1. A empresa que apresentar resultado igual ou menor do que um 01 (um) em qualquer dos índices referidos no subitem 11.2.5, deverá comprovar que possui patrimônio líquido mínimo equivalente a 10% (dez por cento) do valor estimado para a contratação, ou superior, por meio das demonstrações contábeis do último exercício, já exigíveis e apresentados na forma da lei.

10.1.4 - Qualificação Técnica e Operacional:

10.1.4.1 - Comprovação original ou autenticada de aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível, em características, quantidades e prazos com o objeto deste Edital, mediante a apresentação de atestado(s) emitido(s) em nome do licitante, expedido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, comprovando ter executado ou estar executando serviços pertinentes do objeto para o setor público ou privado, conjuntamente com a apresentação de cópia autêntica do contrato referente ao serviço atestado.

10.1.4.2 - Termo de Compromisso, assinado por seu Representante Legal, comprometendo-se a atender aos quantitativos mínimos estabelecidos neste Termo de Referência para a rede credenciada, nas seguintes condições:

a) Metade do quantitativo mínimo de credenciados deverá ser apresentado na data de assinatura do termo de contrato;

b) O total mínimo de estabelecimentos credenciados deverá ser atingido em até 30 dias após a assinatura do termo de contrato.

10.1.4.3 -Outras Comprovações:

10.1.4.4– O licitante deverá também prestar as seguintes declarações:

a) Declaração formal do licitante de que atende aos requisitos de habilitação, que cumpre os requisitos de participação e de que o declarante responde pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da NLLC).

b) Declaração formal do licitante afirmando ser Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou Equiparado e que cumpra os requisitos estabelecidos na Lei Complementar nº 123/2006, bem como os requisitos dispostos nos §§ 1º ao 3º do artigo 4º da NLLC, quando se tratar de ME/EPP/EQUIP.

c) Declaração formal de que o licitante não possui em seu quadro pessoal, menor de dezoito anos, empregado ou associado realizando trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e em qualquer trabalho, menor de dezoito anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, nos termos do inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal;

d) Declaração formal do licitante afirmando não possuir em seu quadro societário servidor público da ativa, empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, por força da vedação imposta pelo artigo 18, inciso XII, da Lei Federal nº 12.708/2012.



e) Declaração formal de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme inciso IV do artigo 63 da NLLC.

f) Declaração formal de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme § 1º do artigo 63 da NLLC.

10.1.4.5. Os documentos extraídos da Internet ficarão sujeitos à verificação da autenticidade de seus dados pela Administração.

10.1.4.6 – As certidões que não tenham o prazo de validade expresso no documento, ter-se-ão como válidas por 90 (noventa) dias anteriores à data de abertura das propostas.

10.1.4.7 - Os documentos referidos nos subitens anteriores poderão ser substituídos ou supridos, no todo ou em parte, por outros meios hábeis a comprovar a regularidade do licitante, inclusive por meio eletrônico.

10.1.4.8 - A comprovação de regularidade perante a fazenda federal, estadual e municipal, relativa a Seguridade Social e ao FGTS, bem como a regularidade perante a Justiça do Trabalho deverá ser feita na forma da legislação específica.

11. DOS RECURSOS

11.1- A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#) e [art. 40 da IN 73/2022](#).

11.2- O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata do Pregão.

11.3- Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1- A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2- O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

11.3.3- O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

11.4- Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5- O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.



11.6- Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7- O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8- O recurso E o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9- O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10- Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no endereço constante neste Edital.

12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

12.1- Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital. A impugnação deverá ser realizada por forma eletrônica através do sistema no site <https://www.licitanet.com.br/processos.html>.

12.2- Caberá a Pregoeira, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até dois dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.

12.3- Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

12.4 - Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados a Pregoeira, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, deverão ser realizados por forma eletrônica através do sistema.

12.5- A Pregoeira responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 03 (três) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

12.6- As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

12.7- A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pela Pregoeira, nos autos do processo de licitação.

12.8- As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

13. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

13.1- A sessão pública poderá ser reaberta:



- a) Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.
- b) Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

13.2- Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta e, poderão ser convocados para assinatura de contrato, nos casos de impedimento da primeira vencedora do certame.

13.3- A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”) na Licitanet.

14. DA ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E ASSINATURA DE CONTRATO

14.1- O objeto da licitação será adjudicado e homologado ao licitante, conforme regras constantes do estudo Técnico Preliminar/Termo de Referência (ANEXO XI E XII).

14.2- A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.3- DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

14.3.1- Após a homologação da licitação, sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

14.3.2- Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.

14.3.3- O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

14.3.4- O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

- a) Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133/2021;
- b) A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

14.4- A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137, 138 e 139 da Lei nº 14.133/21 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 79 e 80 da mesma Lei.



14.5- O prazo de vigência da contratação e a possibilidade de sua prorrogação é conforme previsão no instrumento contratual ou no termo de referência (ANEXO XI).

14.6- Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

14.7- Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato.

15. DA PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS, DO CONTRATO, DO REAJUSTAMENTO, DO REEQUILÍBRIO E DA GARANTIA

15.1- As regras relativas ao contrato, à garantia, ao reajustamento e ao reequilíbrio econômico-financeiro, bem como as disposições aplicáveis à participação de consórcios, estão estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital. (ITENS 04, 16, 19 e 20 – do Termo de Referência – ANEXO XI).

15.2. O adjudicatário prestará garantia de execução do contrato, nos moldes do art. 98 da Lei Federal Nº 14.133, de 2021, com validade durante a execução do contrato e por 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, em valor correspondente a 5% do valor inicial do contrato; mediante caução em dinheiro, em títulos da dívida pública, fiança bancária ou seguro-garantia. (Item 17.1 do Termo de Referência ANEXO XI).

16. DA REDE CREDENCIADAS E DAS DEFINIÇÕES OPERACIONAIS, DA PROPOSTA DE PREÇO, DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

16.1- Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de gestão e fiscalização do contrato estão previstos no Termo de Referência, anexo a este Edital. (ITENS 6,9 e 14 - do Termo de Referência – ANEXO XI).

17. DA DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

17. 1- As regras acerca da descrição dos serviços são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital. (ITEM 05 do Termo de Referência – ANEXO XI)

18. DAS CONDIÇÕES PARA PROPOSIÇÃO E EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

18.1- As regras acerca das condições para proposição e execução dos serviços são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital. (ITEM 10 do Termo de Referência – ANEXO XI)

19. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA



19.1- As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital. (ITENS 12 E 13 – do Termo de Referência – ANEXO XI)

20. DO PAGAMENTO

20.1- As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital. (ITEM 11 do Termo de Referência– ANEXO XI)

21. DAS PENALIDADES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

21.1- As regras acerca das sanções e penalidades administrativas são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital. (ITEM 15 – do Termo de Referência– ANEXO XI).

22. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

22.1- Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata da sessão no sistema eletrônico.

22.2- Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pela Pregoeira.

22.3- Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

22.4- Poderá ser utilizado certificado digital para a assinatura dos documentos.

22.5- As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

22.6- Os licitantes devem estar cientes das condições para participação no certame e assumir a responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados.

22.6.1- Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

22.7- Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dia e horário de expediente na Administração.

22.8- O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

22.9- Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.



22.10- O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico, >www.licitanet.com.br< , ou >https://pncp.gov.br/app/editais?q=&&status=recebendo_proposta&pagina=1< , ou ><https://imprensaoficialmunicipal.com.br/uberaba>< e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço: Rua Major Eustáquio nº 790, bairro São Benedito, Uberaba/MG, CEP: 38.010-270, nos dias úteis, no horário das 08:00 horas às 16:00 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

22.11- O licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase desta licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará na imediata desclassificação ou inabilitação do licitante, ou a rescisão contratual, sem prejuízo das sanções administrativas, civis e penais cabíveis.

22.12- Na análise da documentação e no julgamento das Propostas Comerciais, a Pregoeira poderá, a seu critério, solicitar o assessoramento técnico de órgãos ou de profissionais especializados.

22.13- A Pregoeira, no interesse da Administração, poderá adotar medidas saneadoras, durante o certame, e relevar omissões e erros formais, observadas na documentação e proposta, desde que não contrariem a legislação vigente, sendo possível a promoção de diligências junto aos licitantes, destinadas a esclarecer a instrução do processo, conforme disposto no § 2º, do art. 59 e art. 64 da Lei Federal nº 14.133/21.

22.14- As decisões da Pregoeira serão publicadas no Diário Oficial do Município e divulgadas no portal de transparência: <https://imprensaoficialmunicipal.com.br/uberaba> e www.licitanet.com.br, ou:>https://pncp.gov.br/app/editais?q=&&status=recebendo_proposta&pagina=1,

22.15- A participação do licitante nesta licitação implica no conhecimento integral dos termos e condições inseridas neste edital, bem como das demais normas legais que disciplinam a matéria.

22.16- É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica se aquela e/ou seus dirigentes mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

22.17- A presente licitação não importa, necessariamente, em contratação, podendo a Fundação revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivadas de fato superveniente comprovado, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação, mediante ato escrito e fundamentado, disponibilizado no sistema para conhecimento dos licitantes.

22.18- Para atender a seus interesses, a Fundação poderá alterar quantitativos, sem que isto implique alteração dos preços unitários ofertados, obedecidos os limites estabelecidos no art. 125, da Lei Federal nº 14.133/21.

22.19- A Fundação poderá prorrogar, por conveniência exclusiva, a qualquer tempo, os prazos para recebimento das propostas ou para sua abertura.



22.20- O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste Edital será o de Uberaba - MG.

22.21- Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- a) ANEXO I – Check List - Documentos de habilitação
- b) ANEXO II– modelo / declaração de quadro societário
- c) ANEXO III – modelo / declaração de idoneidade
- d) ANEXO IV – modelo/declaração de M.E/E.P. P
- e) ANEXO V- modelo/ declaração de conhecimento dos termos deste pregão
- f) ANEXO VI– modelo/ declaração de responsabilidade
- g) ANEXO VII– modelo/ declaração de conformidade com o ART. 93- LEI N° 8213/91
- h) ANEXO VIII – modelo/ declaração de cumprimento do ART 7°, CF/98
- i) ANEXO IX - modelo/ declaração de informações para contrato
- j) ANEXO X - modelo/ declaração de inexistência de fato impeditivo
- k) ANEXO XI – Termo de Referência
- l) ANEXO XII- Estudo Técnico Preliminar/Análise de Risco
- m) ANEXO XIII - Minuta de Termo de Contrato

Uberaba, 16 de junho de 2026

Sônia Manzan
Presidente FETI
Decreto Municipal nº 0039/2025



ANEXO I – CHECK LIST – DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO

• EM COMPLEMENTO AO ITEM 10 E SEUS SUBITENS DESTE EDITAL

1. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- 1.1. No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede ou;
- 1.2. Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 1.3. Ato constitutivo - Estatuto ou Contrato Social - e alterações em vigor devidamente registradas e arquivadas na repartição competente, para as Sociedades Comerciais, e, em se tratando de Sociedades por Ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, ou Inscrição do ato constitutivo, no caso de Sociedades Cíveis, acompanhada de provada diretoria em exercício.
- 1.4. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- 1.5. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser a participante sucursal, filial ou agência;
- 1.6. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- 1.7. Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir; Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br, ou;
- 1.8. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

2. REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA.

- 2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso; O documento deverá ser expedido no máximo 90 (noventa) dias antes da data de abertura das propostas (CNPJ).



- 2.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional; **(CND Federal)**.
- 2.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 2.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; **(CND Trabalhista)**;
- 2.5. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre; **(CND Estadual)**.
- 2.6. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre; **(CND Municipal)**.
- 2.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais ou municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;
- 2.8. Certidão Simplificada da Junta Comercial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, expedida no domicílio da sede do licitante, dentro do prazo de 90 (noventa) dias até a data fixada para abertura da Sessão. **(Contrato social ou última alteração contratual)**;
- 2.9. CNH ou CPF e RG do responsável pela empresa, sócio administrador ou do seu representante legal;
- 2.10. Comprovante de Residência.
- 2.11. Alvará de autorização de funcionamento, emitido por órgão competente, vigente ou documento equivalente.

3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

- 3.1. Certidão Negativa de Falência ou Concordata expedida pelo (s) distribuidor (es) judicial (ais) da sede da empresa Interessada, na sua validade constante no referido documento, ou caso não conste a data de validade da mesma, esta será considerada com data de validade de 90 (noventa) dias anteriores à data fixada para a realização do Certame.
- 3.2. Os licitantes deverão de acordo com o porte da empresa, no que rege as ITG 1000, NBC TG 1000 (R1), NBC TG 1002, a Lei Federal nº 6.404/1976 e caput do artigo 69 da Lei Federal nº 14.133/2021, apresentar sob pena de desclassificação, o Balanço Patrimonial



e a Demonstração de Resultado do Exercício, correspondente aos 02 (dois) últimos exercícios sociais, devidamente assinados por profissional habilitado da área contábil, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade e apresentado na forma da lei, comprovando a boa situação financeira da empresa, seguindo todos os requisitos do item 10

4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E OPERACIONAL:

4.1. Atestado de Capacidade Técnica da Empresa, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a empresa licitante (vencedora) forneceu satisfatoriamente objeto compatível com a presente licitação.

4.2. O atestado deverá conter no mínimo as seguintes informações: Nome, CNPJ e endereço completo do emitente; Descrição do produto fornecido ou serviço prestado; Nome da empresa que prestou o serviço; Data de emissão; Assinatura e identificação do signatário (nome e cargo ou função que exerce junto à emitente).

4.3. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional, **se for o caso**, em plena validade;

4.4. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas (itens 4.4.1 e 4.4.2):

4.4.1. Os atestados deverão referir-se à execução dos serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

4.4.2. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram fornecidos os objetos.

4.4.3. Por se tratar de serviços de natureza contínua, o(s) Atestado(s) de Capacidade Técnica deverá(ão) ser expedido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado em nome da Contratada, que demonstre(m) a execução anterior e sem ressalva, por período não inferior a 02 (dois) anos consecutivos;

4.4.4. Termo de Compromisso, assinado por seu Representante Legal, comprometendo-se a atender aos quantitativos mínimos estabelecidos neste Termo de Referência para a rede credenciada, nas seguintes condições:

a) Metade do quantitativo mínimo de credenciados deverá ser apresentado na data de assinatura do termo de contrato;

b) O total mínimo de estabelecimentos credenciados deverá ser atingido em até 30 dias após a assinatura do termo de contrato.

Uberaba, 16 de junho de 2026.



(* Obs.: Substituir a logomarca acima pela logomarca da licitante vencedora do certame*)

ANEXO II - MODELO / DECLARAÇÃO DE QUADRO SOCIETÁRIO

À Fundação de Ensino Técnico Intensivo “Dr. Renê Barsam” – FETI

PREGÃO ELETRÔNICO 03/2026

A empresa *****, inscrita no C.N.P.J. sob o N° ****, com sede à ***** (endereço completo do licitante), em cumprimento ao exigido no Edital do Pregão Eletrônico N° 03/2026, da Fundação de Ensino Técnico Intensivo “Dr. Renê Barsam” - FETI, DECLARA, que não possui em seu quadro societário, servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, em atendimento à vedação disposta no inciso XII do artigo 18 da Lei Federal n° 12.708/2012, sendo de inteira responsabilidade do Licitante, a fiscalização desta vedação.

Uberaba (MG), **/**/2026.

(Assinatura do representante legal / Carimbo CNPJ)



(* Obs.: Substituir a logomarca acima pela logomarca da licitante vencedora do certame)

ANEXO III- MODELO / DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

À Fundação de Ensino Técnico Intensivo “Dr. Renê Barsam” – FETI

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2026

A Signatária *****, CNPJ ****, por seu representante legal abaixo assinado, vem declarar, sob a pena da lei, que está apta a tomar parte do Processo Licitatório, tendo em vista inexistir contra a mesma Declaração de Inidoneidade emitida por órgão de Administração Pública Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal.

Uberaba (MG), **/**/2026.

(Nome e assinatura / Licitante)



(* Obs.: Substituir a logomarca acima pela logomarca da licitante vencedora do certame)

ANEXO IV – MODELO/DECLARAÇÃO DE M.E/E.P. P

À Fundação de Ensino Técnico Intensivo “Dr. Renê Barsam” – FETI

PREGÃO ELETRÔNICO 03/2026

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

(Nome da Empresa) _____, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr(a). _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA, para fins de comprovação no Edital do Pregão eletrônico de Uberaba/MG, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, que esta empresa, na presente data, é considerada: () MICROEMPRESA, conforme Inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006; () EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme Inciso II do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006. Declara ainda que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Local e data _____

(Nome e assinatura do representante)

*Este documento deverá ser impresso em papel timbrado da proponente



(* Obs.: Substituir a logomarca acima pela logomarca da licitante vencedora do certame)

**ANEXO V– MODELO/ DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DOS TERMOS
DESTE PREGÃO**

À Fundação de Ensino Técnico Intensivo “Dr. Renê Barsam” – FETI

PREGÃO ELETRÔNICO 03/2026

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE PLENO CONHECIMENTO DO OBJETO
DECLARAÇÃO DE PLENO CONHECIMENTO DO OBJETO**

(Razão social da licitante), CNPJ nº _____, estabelecida no(a) _____, neste ato representada pelo(a) Sr(a). _____ (representante da empresa e qualificação do mesmo, constando inclusive qual a função/cargo na empresa), portador (a) de CI/RG nº _____, CPF nº _____, DECLARA, sob as penas da Lei, que possui pleno conhecimento do objeto e termos da Pregão Eletrônico 03/2026, e concorda com todas as exigências contidas no Edital.

Local e data. _____

(Nome da Empresa)

(Nome do Representante Legal)

(Fazer em papel timbrado ou com carimbo)



(* Obs.: Substituir a logomarca acima pela logomarca da licitante vencedora do certame)

ANEXO VI – MODELO/ DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

À Fundação de Ensino Técnico Intensivo “Dr. Renê Barsam” – FETI

PREGÃO ELETRÔNICO 03/2026

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

Declaramos para fins de atendimento ao que consta do edital de Pregão eletrônico 03/2026, da FUNDAÇÃO DE ENSINO TECNICO INTESINVO “DR RENÊ BARSAM – FETI, Uberaba-MG, que a empresa.....se responsabiliza pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firme e verdadeiras todas as informações apresentadas.

Local e data:

Assinatura e carimbo da empresa:



(* Obs.: Substituir a logomarca acima pela logomarca da licitante vencedora do certame)

**ANEXO VII- MODELO/ DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE COM O ART. 93-
LEI Nº 8213/91**

À Fundação de Ensino Técnico Intensivo "Dr. Renê Barsam" – FETI

PREGÃO ELETRÔNICO 03/2026

MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE ATENDE AO DISPOSTO NO ART. 93 DA LEI Nº 8.213, DE 24 DE JULHO DE 1991

....., inscrito no CNPJ ou CPF (caso o credenciante seja pessoa física) sob o nº, DECLARA, para os devidos fins, que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal, e que atende à reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

Local e data

Representante Legal



(* Obs.: Substituir a logomarca acima pela logomarca da licitante vencedora do certame)

**ANEXO VIII – MODELO/ DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO ART 7º,
CF/98**

À Fundação de Ensino Técnico Intensivo “Dr. Renê Barsam” – FETI

PREGÃO ELETRÔNICO 03/2026

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO ART. 7º, XXXIII DA CF/88

Declaramos, sob as penas da lei, que nossa empresa não contrata menores de dezoito anos de idade em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de quatorze anos de idade, salvo na condição de aprendiz, cumprindo fielmente o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal de 1998.

Local e data.

(Nome da Empresa)

(Nome do Representante Legal)

(Fazer em papel timbrado ou com carimbo)



(* Obs.: Substituir a logomarca acima pela logomarca da licitante vencedora do certame)

ANEXO IX – MODELO/ DECLARAÇÃO DE INFORMAÇÕES PARA CONTRATO

Á

FUNDAÇÃO DE ENSINO TÉCNICO INTENSIVO "DR. RENÊ BARSAM" – FETI

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2026

A empresa _____, inscrita
no CNPJ sob o nº _____, por intermédio
de seu representante legal, _____,
abaixo assinado, portador(a) da Carteira de Identidade n.º
_____, e do
CPF _____, Declara a FETI seus contatos e demais
Informações:

Proprietário: _____;

RG _____, CPF _____

E-mail (empresa): _____

Telefone: _____

Uberaba, _____ de _____ de 2026

Assinatura do Representante legal

Carimbo Empresa



(* Obs.: Substituir a logomarca acima pela logomarca da licitante vencedora do certame*)

**ANEXO X – MODELO/ DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO
IMPEDITIVO**

PREGÃO ELETRÔNICO 03/2026

DECLARAÇÃO INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO

NOME DA EMPRESA _____ CNPJ _____ SEDIADA _____
(endereço completo), declara, sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos
impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de
declarar ocorrências posteriores.

.....
Data

.....
(Representante legal, CPF)



JUNTADOS NA SEQUÊNCIA

ANEXO XI – TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO XII – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR / ANÁLISE DE RISCO

ANEXO XIII – MINUTA DO CONTRATO

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1. O presente Termo de Referência tem como objeto a contratação de empresa especializada para implantação, gerenciamento, administração, fiscalização, supervisão, emissão e fornecimento de cartões eletrônicos/magnéticos, com tecnologia de *chip* de segurança, destinados à concessão do auxílio-alimentação aos servidores da FETI - Fundação de Ensino Técnico Intensivo Dr. Renê Barsam, mediante recarga mensal de créditos, sistema de gestão, aplicativo, suporte técnico e rede de estabelecimentos credenciados, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste documento.

<i>Item</i>	<i>Especificações do Produto</i>	<i>Qtd. Meses</i>	<i>Valor crédito mês</i>	<i>Taxa de adm. inc. s/ o valor mensal</i>
01	<p><i>Prestação de serviços de implantação, gerenciamento, administração, fiscalização, supervisão, emissão e fornecimento de cartão eletrônico/magnético - tipo cartão alimentação (contendo senha individual e chip); utilizado para aquisição de gêneros alimentícios, por intermédio de estabelecimentos comerciais (hipermercados, supermercados, mercados, mercearias, açougues, hortifrutigranjeiros, padarias e afins) e destinado aos Servidores da Fundação de Ensino Técnico Intensivo “Dr Renê Barsam” - FETI.</i></p> <p><i>Em suma:</i> Crédito alimentação mensal para os Servidores da Fundação, sendo estes, em média, 72 (setenta e dois) - (quantidade estimada = quadro atual e novas contratações); sendo que, o número atual de Servidores na referência 04/2026 é de 64 (sessenta e quatro).</p>	12 (doze) meses	* R\$ 1.040,00 (por Serv.)	Menor percentual possível
Valor global/mensal (estimado)		R\$ 74.880,00		
Valor global/anual (estimado)		R\$ 898.560,00		

1.2. A contratação compreende solução integrada, em lote único, abrangendo todos os serviços necessários à plena operacionalização do benefício, incluindo emissão e entrega dos cartões, recarga mensal, manutenção de rede credenciada, atendimento aos usuários, disponibilização de aplicativo, sistema *web* administrativo, relatórios gerenciais, suporte técnico e observância das normas de segurança da informação e proteção de dados pessoais;

1.3. A contratada deverá apresentar e manter, mediante documentação comprobatória, relação de, no mínimo, 50 (cinquenta) estabelecimentos credenciados no município de Uberaba (MG), dentre eles, no mínimo, 03 (três) hipermercados, excluídos supermercados, mercearias, açougues, hortifrutigranjeiros, padarias e estabelecimentos similares;

Tipo de requisito	Quantidade mínima	Prazo de comprovação
Rede credenciada total no Município de Uberaba (MG)	50 estabelecimentos	50% na assinatura do contrato e 100% em até 30 dias após a assinatura
Hipermercados/Atacarejo	03 hipermercados	Conforme documentação comprobatória e aceitação efetiva do cartão
Estabelecimentos de alimentos <i>in natura</i> e refeições	Diversificados dentro do total mínimo	Relação atualizada, com possibilidade de diligência e fiscalização

1.3.1. Metade do quantitativo mínimo de estabelecimentos credenciados deverá ser apresentada na data de assinatura do termo de contrato;

1.3.2. O total mínimo de estabelecimentos credenciados deverá ser atingido em até 30 (trinta) dias após a assinatura do termo de contrato;

1.3.3. A contratada deverá apresentar, na data de assinatura do termo de contrato, listagem em ordem alfabética, contendo, pelo menos, as seguintes informações:

- *nome de fantasia;*
- *razão social;*
- *CNPJ;*
- *endereço completo do estabelecimento;*
- *telefone ou canal de contato;*
- *identificação do tipo de estabelecimento, como hipermercado, supermercado, açougue, padaria, mercearia, varejão, restaurante, lanchonete, peixaria, comércio de laticínios e frios ou outro estabelecimento similar.*

1.3.4. A comprovação de rede credenciada deverá demonstrar a aceitação efetiva do cartão como vale-alimentação, não bastando indicação genérica de aceitação de bandeira de cartão de crédito ou débito;

1.4. A FETI não vislumbra óbice à participação de empresas que operem arranjos de pagamento fechado ou aberto, desde que sejam cumpridas todas as disposições deste Termo de Referência, do edital e do contrato, inclusive quanto ao quantitativo mínimo de estabelecimentos credenciados e à comprovação documental da aceitação efetiva do cartão;

1.4.1. No caso de cartões alimentação com arranjo aberto de pagamento, considerando que sua aceitação não ocorre automaticamente nos estabelecimentos que operam determinada bandeira nas funções débito ou crédito, será exigida documentação comprobatória de credenciamento, cadastro específico, habilitação e configuração do ponto de venda - PDV para recebimento via vale-alimentação;

1.5. A FETI não se encontra inscrita no Programa de Alimentação do Trabalhador - PAT. Sendo assim, a licitação não poderá ser fundamentada como contratação sujeita a obrigações próprias de pessoa jurídica participante do Programa, sem prejuízo de serem observadas, no que couber, as normas gerais e específicas relacionadas ao auxílio-alimentação e ao regime jurídico dos beneficiários do referido Programa.

2. DOS LOTES

2.1. O serviço deverá ser contratado e executado em lote único, considerando que o objeto envolve solução integrada de implantação, gerenciamento, administração, fiscalização, supervisão, emissão e

fornecimento de cartões de auxílio-alimentação, com rede credenciada, sistema administrativo, aplicativo, suporte técnico e operacional;

2.2. O parcelamento do objeto poderia prejudicar a gestão centralizada do benefício, criar incompatibilidades entre sistemas, dificultar o controle administrativo, comprometer a fiscalização contratual e gerar riscos à continuidade da prestação dos serviços. Assim, a contratação em lote único se mostra mais eficiente, segura e adequada ao interesse público.

3. DA JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

3.1. A FETI concede auxílio-alimentação aos seus servidores, benefício de natureza social e alimentar destinado a contribuir para a segurança alimentar, a dignidade, o bem-estar e a valorização funcional dos trabalhadores que atuam na Fundação;

3.2. Aos servidores da Fundação é devido o auxílio-alimentação para aquisição de alimentos e custeio de refeições em estabelecimentos compatíveis, em razão da legislação municipal aplicável, especialmente a Lei Ordinária Municipal nº 9.820/2005 e suas alterações;

3.3. O contrato atualmente utilizado para a operacionalização do benefício encontra-se próximo ao vencimento, sendo necessária a adoção de providências administrativas para nova contratação, a fim de evitar qualquer interrupção na disponibilização mensal dos créditos aos servidores beneficiários;

3.4. A descontinuidade do serviço poderia ocasionar prejuízo direto aos servidores, além de comprometer a regularidade administrativa da concessão do benefício. Por essa razão, a contratação deve observar padrões técnicos compatíveis com o objeto, especialmente quanto à rede credenciada, tecnologia dos cartões, prazos de implantação, suporte operacional, segurança da informação, proteção de dados, controle de créditos, forma de pagamento e condições de execução;

3.5. Após o Estudo Técnico Preliminar, verificou-se que a contratação de empresa especializada na implantação e gestão do auxílio-alimentação, por meio de cartões equipados com *chip*, aplicativo, sistema *web*, central de atendimento e rede credenciada, é a solução que melhor atende às necessidades da FETI;

3.6. A tecnologia de cartão com *chip* de segurança permite maior proteção das informações, reduz riscos de clonagem, contribui para a criptografia das transações e amplia a segurança dos usuários, sendo tecnicamente mais adequada do que cartões baseados exclusivamente em tarja magnética;

3.7. A contratação de empresa especializada proporciona maior eficiência administrativa, uma vez que concentra, em solução integrada, a emissão de cartões, a gestão de créditos, o atendimento aos servidores, a manutenção da rede credenciada, o suporte técnico, a geração de relatórios e o controle operacional do benefício;

3.8. A exigência de rede credenciada mínima busca garantir ampla liberdade de escolha aos servidores, diversidade de estabelecimentos, capacidade de cotação de gêneros alimentícios em rede abrangente e efetiva utilização do benefício no Município de Uberaba (MG).

4. DA PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS

4.1. Não será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio, considerando que o objeto possui baixa complexidade relativa para empresas especializadas no ramo e pode ser executado de forma plena por fornecedor único com estrutura tecnológica, operacional e rede credenciada próprias;

4.2. A vedação busca preservar a responsabilidade integral da contratada pela execução do objeto, evitando fragmentação de responsabilidades, dificuldades de fiscalização e riscos à continuidade da prestação dos serviços.

5. DAS ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

5.1. A contratação compreenderá a implantação, gerenciamento, administração, fiscalização, supervisão, emissão e fornecimento de cartões eletrônicos/magnéticos com tecnologia de *chip* de segurança, senha pessoal e intransferível, recarga mensal de créditos, sistema *web* de gestão, aplicativo aos usuários, suporte técnico e rede de estabelecimentos credenciados no município de Uberaba (MG);

5.2. O número **estimado** (*com margem de segurança para novas possíveis contratações*) de servidores beneficiários da FETI é de 72 (setenta e dois), considerando o quadro atual e ainda novas movimentações, conforme Estudo Técnico Preliminar;

5.3. Para fins de estimativa inicial, considera-se o valor mensal de **R\$ 1.040,00** (hum mil e quarenta reais) por servidor (tomando como referência o mês/base 04/2026), sendo que podem ocorrer alteração do valor nominal do benefício mediante autorização legal, regulamentar ou administrativa competente:

Unidade	Qtd. estimada de servidores	Valor do benefício	Quantidade de meses	Valor mensal estimado	Valor anual estimado
FETI	72	R\$ 1.040,00	12	R\$ 74.880,00	R\$ 898.560,00

5.4. O quantitativo de beneficiários é estimado e poderá variar ao longo da execução contratual em razão da dinâmica do quadro funcional da FETI, novas admissões, exonerações, afastamentos, cessões, alterações de lotação, alteração do valor do benefício ou outras movimentações legalmente admitidas. A estimativa não implica obrigatoriedade de contratação ou utilização integral dos valores previstos;

5.5. A quantidade de cartões poderá ser alterada pela FETI conforme necessidade institucional, devendo as alterações ser formalizadas por meio de instrumento jurídico hábil, quando aplicável, observados os limites legais;

5.6. A contratada deverá disponibilizar opção de autosserviço ao usuário, por meio de plataforma completa e inteligente, inclusive aplicativo compatível com os sistemas Android e iOS, com funções voltadas ao gerenciamento do benefício e à extração de informações em tempo real. O aplicativo deverá conter, no mínimo:

- consulta de saldo e extrato;
- bloqueio de cartões;
- consulta atualizada da rede de estabelecimentos credenciados;
- forma de contato com a contratada;
- Alteração de senha.

5.7. A contratada deverá possuir sistema *web*, em *software* próprio, para que os prepostos da FETI realizem as rotinas administrativas necessárias à execução contratual, dentre elas:

- pedidos de créditos e estornos de créditos indevidos;
- solicitações de segunda via de cartões;
- bloqueio imediato de cartão, quando necessário;
- relatórios gerenciais de créditos, cartões, beneficiários, rede credenciada e demais informações pertinentes à execução contratual.

5.8. Nos preços propostos relativos à taxa de administração considerar-se-ão inclusos todos os tributos, encargos sociais e trabalhistas, fretes, seguros, despesas com pessoal, transporte, hospedagem de dados, treinamentos, manutenção e atualização do sistema, equipamentos, *softwares*, licenças de uso, emissão e reemissão de cartões, atendimento aos usuários e quaisquer outros custos necessários à execução integral do objeto;

5.9. O auxílio-alimentação deverá ser fornecido por meio de cartões dotados de tecnologia de *chip* de segurança com senha numérica para validação das transações, por meio de equipamentos TEF, POS/PDV ou similares, para aquisição de alimentos *in natura*, gêneros alimentícios e refeições nos estabelecimentos credenciados;

5.10. Será permitida a utilização de *QR Code* via aplicativo e de plataformas online de pagamento, desde que em todas as transações seja solicitada senha de uso pessoal e intransferível para validação da operação;

5.11. Os cartões deverão ser personalizados com o nome do servidor, identificação da Fundação de Ensino Técnico Intensivo Dr. Renê Barsam - FETI, numeração sequencial de identificação e controle individual, nome e telefone de contato da empresa contratada, devendo ser equipados com *chip* de segurança e entregues lacrados, acompanhados de manual básico de utilização;

5.11.1. A primeira remessa dos cartões deverá ser entregue **bloqueada**, e o consequente desbloqueio deverá ocorrer por meio da central de atendimento eletrônico, aplicativo da contratada ou outro meio eletrônico seguro disponibilizado ao usuário;

5.11.2. O custo da confecção dos cartões será de responsabilidade da contratada, incluindo substituições e emissão de segunda via, sem ônus para a FETI ou para os servidores, ressalvadas disposições contratuais específicas admitidas em edital;

5.11.3. A primeira remessa dos cartões deverá ser entregue em até **20 (vinte) dias úteis**, contados da assinatura do contrato e do recebimento das informações cadastrais necessárias à emissão dos cartões;

5.11.4. As demais remessas, decorrentes de solicitação de segunda via ou de novas admissões, deverão ser entregues em até 10 (dez) dias úteis, contados a partir da solicitação realizada pela FETI ou pelo servidor, conforme procedimento operacional definido no contrato;

5.12. A recarga dos créditos deverá ocorrer preferencialmente até o dia **15 (quinze)** de cada mês, salvo manifestação expressa da FETI para data diversa. Em caráter excepcional, a disponibilização dos créditos poderá ocorrer até o dia 20 (vinte) do respectivo mês, prazo este considerado limite máximo.

5.13. Os créditos deverão ser disponibilizados nos respectivos cartões no dia agendado, independentemente de ser dia útil ou não, devendo a solicitação ser realizada com antecedência compatível com o prazo operacional definido no contrato;

5.14. Poderão ocorrer solicitações de estorno de créditos feitos nos cartões dos beneficiários, bem como consignações de créditos eletrônicos em valores diferentes do valor padrão do benefício, em decorrência de ajustes, lançamentos proporcionais, reposições, correções ou situações administrativas devidamente justificadas;

5.15. As informações cadastrais dos beneficiários serão fornecidas à contratada pela FETI em meio eletrônico, por meio de planilha xls/xlsx, arquivo txt ou formato similar, contendo apenas os dados necessários à emissão, gestão e disponibilização dos créditos;

5.16. Poderá ocorrer, a qualquer momento, acúmulo de créditos nos cartões dos beneficiários, não havendo tempo determinado para sua utilização, salvo disposição legal, regulamentar ou contratual em sentido diverso;

5.17. Após o término do contrato, os créditos remanescentes deverão ter validade de 90 (noventa) dias, para que o beneficiário possa utilizá-los;

5.18. A empresa vencedora deverá manter nos estabelecimentos credenciados, em local visível, a identificação do convênio por meio de placas, selos identificadores, adesivos, aplicativo ou outro meio equivalente que facilite a identificação pelos usuários;

5.19. A empresa vencedora será responsável pelo gerenciamento global do benefício, incluindo processamento dos créditos, repasses e reembolsos aos estabelecimentos onde forem utilizados os créditos, não cabendo à FETI responsabilidade solidária ou subsidiária por obrigações assumidas entre a contratada e sua rede credenciada;

5.20. A contratada deverá realizar treinamento inicial com os servidores indicados pela FETI para utilização do sistema *web* administrativo, rotinas de solicitação de créditos, estornos, bloqueios, emissão de relatórios, acompanhamento da rede credenciada e demais funcionalidades necessárias à gestão do contrato. O treinamento poderá ocorrer presencialmente ou por meio remoto, sem custos adicionais para a Fundação;

5.21. A contratada deverá observar integralmente a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD, mantendo sigilo, confidencialidade e segurança sobre os dados dos servidores beneficiários, utilizando-os exclusivamente para a execução do contrato.

6. DA REDE CREDENCIADA E DAS DEFINIÇÕES OPERACIONAIS

6.1. A utilização dos cartões alimentação deverá ser viável junto a ampla rede de estabelecimentos credenciados, que atenda satisfatoriamente aos servidores em termos de qualidade, quantidade, capilaridade, diversidade e preços;

6.2. A contratada deverá assegurar, entre seus credenciados, estabelecimentos destinados ao fornecimento de alimentos *in natura*, gêneros alimentícios e refeições, abrangendo, conforme aplicável, restaurantes, lanchonetes, padarias, supermercados, mercearias, açougues, hortifrutigranjeiros, varejões, sacolões, peixarias, comércio de laticínios e frios, entre outros estabelecimentos similares;

6.3. Para fins deste Termo de Referência, adotam-se as seguintes definições:

• **Supermercado:** *estabelecimento de autosserviço destinado predominantemente à venda de gêneros alimentícios, produtos de higiene, limpeza e utilidades domésticas, podendo possuir área de vendas entre 300 (trezentos) e 5.000 (cinco mil) metros quadrados, conforme referência do CNAE 4711-3/02, quando aplicável;*

• **Hipermercado/Atacarejo:** *estabelecimento de grande porte que reúne características de supermercado e loja de departamentos, comercializando alimentos e ampla variedade de produtos não alimentícios, podendo possuir área de vendas superior a 5.000 (cinco mil) metros quadrados, conforme referência do CNAE 4711-3/01, quando aplicável;*

- **Varejão:** *setor ou estabelecimento voltado predominantemente à comercialização de frutas, legumes e verduras - FLV, geralmente em sistema de autosserviço;*
- **Açougue:** *estabelecimento ou setor destinado à comercialização de carnes, aves, peixes e derivados;*
- **Restaurante:** *estabelecimento destinado ao preparo e fornecimento de refeições prontas para consumo imediato;*
- **Lanchonete:** *estabelecimento destinado ao preparo e comercialização de lanches, bebidas e refeições rápidas;*
- **Padaria ou panificadora:** *estabelecimento destinado à produção ou comercialização de pães, produtos de panificação, alimentos prontos ou semiprontos e itens correlatos.*

6.4. Sempre que houver necessidade, a FETI poderá solicitar à contratada o credenciamento de novos estabelecimentos, observada a viabilidade operacional, a necessidade dos usuários e a finalidade social do benefício;

6.5. A FETI poderá realizar diligências junto aos estabelecimentos credenciados informados para verificar a real aceitação do cartão, a habilitação do PDV, a modalidade de recebimento como vale-alimentação e/ou crédito e débito e a manutenção das condições exigidas;

6.6. A contratada deverá comunicar à FETI, sempre que solicitada e no mínimo semestralmente, alterações relevantes na relação de estabelecimentos credenciados, fornecendo listagem atualizada e documentação comprobatória, quando exigida pela fiscalização.

7. DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

7.1. Para fins de habilitação na presente contratação, serão exigidos os documentos abaixo relacionados, sem prejuízo de outros documentos e declarações eventualmente previstos no edital e nas normas aplicáveis ao procedimento.

7.1.1. Habilitação jurídica:

- a) Registro comercial, no caso de empresário individual;*
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores;*
- c) Ato constitutivo ou contrato social, no caso de sociedades simples, acompanhado de prova da diretoria em exercício;*
- d) Documento oficial de identificação com foto, como CNH ou RG, do sócio administrador ou representante legal da licitante, quando aplicável;*
- e) Comprovante de endereço da sede da licitante e/ou do representante legal, conforme exigência prevista no edital.*

7.1.2. Regularidade fiscal, social e trabalhista:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda - CNPJ;*
- b) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, emitida pela Caixa Econômica Federal, em vigor;*
- c) Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com os mesmos efeitos da CNDT, conforme Lei Federal nº 12.440, de 07 de julho de 2011, em vigor;*
- d) Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa unificada, referente aos tributos federais e às contribuições previdenciárias;*
- e) Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa perante a Fazenda Pública Estadual;*

f) Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa perante a Fazenda Pública Municipal;

g) Declaração, firmada pela licitante, de que não possui em seu quadro funcional menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (quatorze) anos.

7.1.3. Declarações e outros documentos:

a) Declaração de que a licitante cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

b) Outras declarações, documentos complementares ou comprovações que venham a ser exigidos no edital, desde que compatíveis com o objeto, proporcionais à contratação e amparados na legislação aplicável.

7.2. A qualificação técnica deverá ser demonstrada por meio de atestado(s) de capacidade técnica emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a licitante executou ou executa serviços pertinentes e compatíveis com o objeto da contratação, em características, quantidades e prazos;

7.2.1. Para fins de compatibilidade quantitativa, poderá ser exigida comprovação de experiência em gerenciamento de benefício semelhante para quantidade mínima equivalente a 30% (trinta por cento) do total estimado de beneficiários, correspondente a 22 (vinte e dois) beneficiários, sem prejuízo da análise qualitativa da compatibilidade do objeto e da possibilidade de ajustes pelo setor competente;

7.2.2. Considerando a natureza continuada do serviço, o edital poderá exigir demonstração de execução anterior ou em curso por período compatível com a complexidade do objeto, desde que observados os princípios da razoabilidade, competitividade e seleção da proposta mais vantajosa;

7.3. A licitante deverá apresentar termo de compromisso assinado por representante legal, comprometendo-se a atender aos quantitativos mínimos estabelecidos para a rede credenciada, nos prazos previstos neste Termo de Referência, no edital e no contrato;

7.4. A FETI não está inscrita no Programa de Alimentação do Trabalhador - PAT. Sendo assim, o presente procedimento licitatório não se sujeita às obrigações ou contrapartidas próprias das pessoas jurídicas participantes do referido Programa, sem prejuízo da estrita observância, no que couber, das normas gerais e específicas aplicáveis ao auxílio-alimentação e ao regime jurídico estatutário dos beneficiários;

7.5. A empresa deverá manter, durante toda a execução contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem como observar as normas de segurança da informação, proteção de dados pessoais e confidencialidade aplicáveis ao objeto.

8. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1. A despesa referente à presente prestação de serviços será empenhada na dotação orçamentária correspondente, vinculada à FETI - Fundação de Ensino Técnico Intensivo Dr. Renê Barsam, observada a disponibilidade orçamentária e financeira da Fundação;

Dotação orçamentária: 04.29.10.04.122.0401.8001.339039-2121 - Fonte 1500.

8.2. Eventuais complementações, detalhamentos, fichas orçamentárias ou ajustes de classificação deverão ser confirmados pelo Departamento de Execução Orçamentária, Contabilidade e Finanças da Fundação antes da emissão do empenho.

9. DA PROPOSTA DE PREÇO

9.1. A proposta deverá apresentar a taxa de administração aplicável à execução do objeto, observadas as condições do edital, o valor global estimado da contratação e o critério de julgamento definido no procedimento licitatório;

9.2. É permitida a oferta de percentual negativo, desde que observados o edital, a legislação aplicável, a exequibilidade da proposta e a orientação jurídica competente;

9.3. Deverão estar incluídas no preço do serviço todas as despesas sem qualquer ônus adicional para a Administração Pública, tais como emissão e reemissão de cartões, frete, carga, descarga, tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, sistemas, licenças, hospedagem de dados, treinamentos, atendimento, suporte técnico, manutenção da rede credenciada e demais custos necessários à execução integral do objeto;

9.4. A licitante deverá demonstrar, quando solicitado, a viabilidade de sua proposta por meio de planilha ou justificativa de custos, de modo a evidenciar o equilíbrio da proposta e a plena capacidade de execução do objeto;

9.5. A taxa de administração proposta permanecerá **fixa e inalterada** durante a vigência do contrato, salvo em caso de revisão do equilíbrio econômico-financeiro devidamente comprovado, na forma da legislação vigente.

10. DAS CONDIÇÕES E EXECUÇÃO DO OBJETO

10.1. O contrato terá início a partir da assinatura do termo contratual, publicação, emissão da ordem de serviço ou fornecimento e emissão da nota de empenho, quando aplicável, observadas as disposições do edital e da legislação pertinente;

10.2. A contratação é de natureza contínua, conforme art. 106 da Lei Federal nº 14.133/2021, por envolver serviço essencial à regular disponibilização mensal do auxílio-alimentação aos servidores beneficiários;

10.3. O prazo inicial de vigência contratual será de **12 (doze) meses**, podendo ser prorrogado nos termos da legislação aplicável, desde que demonstrada a vantajosidade, a regularidade da execução e a preservação do interesse público;

10.4. A entrega dos cartões deverá ocorrer na sede da FETI, localizada à Rua Major Eustáquio nº 790 - Bairro São Benedito, neste município de Uberaba (MG) - CEP 38010-270, em local e horário a serem indicados pela Fundação, sem prejuízo de outros meios seguros de entrega previamente autorizados pela Administração;

10.4.1. Os cartões deverão ser entregues preferencialmente ao Departamento de Desenvolvimento e Gestão de Pessoas - FETI, de segunda-feira a sexta-feira, em horário de expediente administrativo (08:00 às 12:00 horas ou de 13:00 às 17:00 horas), mediante conferência e recibo;

10.5. A primeira remessa dos cartões deverá ser entregue em até **20 (vinte) dias úteis**, contados da assinatura do contrato e do recebimento das informações cadastrais necessárias. As demais remessas deverão ser entregues em até 10 (dez) dias úteis, contados da solicitação realizada pela FETI ou pelo servidor, conforme o caso;

10.6. Os serviços serão recebidos nos termos do art. 140 da Lei Federal nº 14.133/2021, mediante recebimento provisório e definitivo, conforme a natureza da prestação e os controles administrativos da FETI;

10.7. O **recebimento provisório** será realizado pelo fiscal do contrato ou por equipe designada, após a entrega dos cartões, disponibilização dos créditos, apresentação da nota fiscal/fatura e relatórios comprobatórios, quando cabível;

10.8. O **recebimento definitivo** será realizado pelo gestor do contrato após análise da conformidade do objeto, da disponibilização dos créditos, da adequação dos relatórios e da regularidade da prestação dos serviços;

10.9. A contratada fica obrigada a reparar, corrigir, substituir ou regularizar, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos, incorreções, falhas de sistema, falhas de cartão, divergências de saldo, irregularidades na rede credenciada ou descumprimento das condições contratadas;

10.10. O prazo para assinatura do contrato, eventual prorrogação do prazo de assinatura, convocação de licitantes remanescentes e demais procedimentos posteriores à adjudicação obedecerão ao edital e à Lei Federal nº 14.133/2021;

10.11. O reajuste contratual, quando cabível, observará a legislação aplicável, o edital, o contrato e a efetiva demonstração da necessidade, não se confundindo com eventual alteração do valor nominal do benefício, que dependerá de autorização legal, regulamentar ou administrativa competente;

10.12. A alteração do valor nominal do benefício, caso autorizada, incidirá sobre o valor global da contratação na forma cabível, não implicando automaticamente alteração da taxa de administração contratada.

11. DA FORMA DE PAGAMENTO

11.1. A solicitação de créditos será realizada mensalmente pela FETI, por meio do Departamento de Desenvolvimento e Gestão de Pessoas - FETI, observada a relação atualizada dos beneficiários, o valor mensal do benefício e eventuais ajustes administrativos;

11.2. A operacionalização das cargas de créditos e a emissão da Nota Fiscal/Fatura deverão observar a forma definida no contrato e no edital, sem afastar a regular liquidação da despesa, a conferência da prestação dos serviços e o regime jurídico aplicável aos beneficiários;

11.3. A Nota Fiscal/Fatura deverá conter o detalhamento dos serviços prestados, o relatório dos créditos disponibilizados, o quantitativo de beneficiários, o valor nominal do benefício, o percentual da taxa de administração, se houver, e demais informações necessárias à liquidação da despesa;

11.4. Em caso de incorreções, a Nota Fiscal/Fatura será devolvida pela FETI à contratada, com indicação das razões que ocasionaram a devolução. Nessa hipótese, o prazo de pagamento será contado a partir da reapresentação da Nota Fiscal/Fatura devidamente corrigida;

11.5. Após o recebimento e aprovação da Nota Fiscal/Fatura pelo gestor e pelo fiscal do contrato, a documentação será encaminhada ao setor competente para pagamento à contratada, observadas as normas financeiras da Fundação e os prazos definidos no edital e no contrato;

11.6. A devolução da Nota Fiscal/Fatura à contratada não servirá de pretexto para suspensão da prestação dos serviços contratados, da manutenção da rede credenciada ou do atendimento aos usuários;

11.7. No caso de notas fiscais emitidas em outro município, deverá ser providenciado o Registro Auxiliar de Nota Fiscal de Serviços- RANFS, no município de Uberaba (MG);

11.8. Caso a empresa seja domiciliada no município de Uberaba (MG), deverá apresentar Certidão Negativa de Débitos Municipais ou documento equivalente exigido pela legislação local, sob pena de retenção do pagamento até a regularização;

11.9. Na eventualidade de aplicação de multas, estas poderão ser descontadas do pagamento a que fizer jus a contratada, sem prejuízo da adoção das demais medidas administrativas cabíveis;

11.10. A Nota Fiscal Eletrônica deverá ser enviada ao Setor de Tesouraria/fiscal do contrato, através do e-mail: fetifinanceiro@uberabadigital.com.br, através de arquivo eletrônico, observadas as orientações administrativas vigentes no momento da execução contratual;

11.11. O pagamento será efetuado após a liquidação da despesa, por meio de ordem bancária, através do Banco do Brasil, até o **5º(quinto) dia** após o protocolo da Nota Fiscal.

12. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

12.1. Executar o objeto de acordo com as especificações deste Termo de Referência, do edital, da proposta apresentada e do contrato;

12.2. Manter à frente da execução contratual representante qualificado para interlocução com a FETI, prestando orientações e esclarecimentos necessários;

12.3. Responsabilizar-se por danos causados diretamente à contratante, aos servidores ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato, por seus empregados, prepostos ou representantes;

12.4. Assumir integral responsabilidade pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, tributários e demais despesas decorrentes da prestação dos serviços;

12.5. Disponibilizar cartões com *chip* de segurança, senha pessoal e intransferível, manual básico de utilização, aplicativo, central de atendimento e sistema *web* administrativo;

12.6. Entregar os cartões nas condições e prazos estabelecidos, lacrados, bloqueados e devidamente personalizados;

12.7. Manter os créditos de auxílio-alimentação disponíveis aos beneficiários na data definida pela FETI, independentemente de falhas internas de logística, processamento ou sistema, salvo caso fortuito ou força maior devidamente comprovado;

12.8. Substituir cartões defeituosos, extraviados, furtados ou roubados, bem como bloquear saldo existente após a comunicação do fato, conforme procedimentos de segurança definidos pela contratada;

- 12.9. Permitir que o pedido de bloqueio de cartão e saldo seja realizado pelo próprio beneficiário, sem necessidade de intervenção da FETI, por meio de central de atendimento, aplicativo ou sistema equivalente;
- 12.10. Responsabilizar-se pela reposição de cartões utilizados indevidamente por clonagem, falha de segurança ou falha do cartão eletrônico/magnético com *chip*, quando comprovada responsabilidade da contratada;
- 12.11. Repassar, quando necessário e devidamente solicitado, segunda via dos cartões, nas mesmas condições estabelecidas para o cartão inicial, sem ônus para a FETI ou para o servidor, ressalvadas disposições expressas admitidas no edital ou contrato;
- 12.12. Garantir a disponibilidade do serviço e seu uso nos estabelecimentos credenciados, mantendo a rede atualizada em aplicativo, site ou sistema equivalente;
- 12.13. Manter identificação visível de sua adesão ao sistema nos estabelecimentos credenciados, por meio de placas, selos, adesivos, aplicativo ou outro meio equivalente;
- 12.14. Disponibilizar aos usuários consulta de saldo, extrato, bloqueio de cartão, consulta de rede credenciada e canal de contato por meio de aplicativo compatível com Android e iOS;
- 12.15. Disponibilizar sistema *web*, em *software* próprio, para que os prepostos da FETI realizem pedidos de créditos, estornos, solicitação de segunda via, bloqueio imediato de cartão, emissão de relatórios e demais rotinas administrativas;
- 12.16. Manter central de atendimento aos usuários do benefício, com horário de funcionamento compatível com a necessidade do serviço e meios adequados de comunicação;
- 12.17. Apresentar, sempre que solicitada, a relação atualizada de estabelecimentos credenciados, com endereço, CNPJ, tipo de estabelecimento, contato e demais informações necessárias à fiscalização;
- 12.18. Comprovar, quando exigido, que os estabelecimentos indicados estão efetivamente habilitados para recebimento do cartão como vale-alimentação, especialmente nos casos de arranjo aberto de pagamento;
- 12.19. Responder, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis ou em prazo menor quando a urgência do caso exigir, às solicitações de esclarecimento da FETI sobre não aceitação de cartões por estabelecimentos credenciados, falhas de sistema, divergências de saldo ou outros problemas operacionais;
- 12.20. Realizar treinamento inicial e fornecer suporte técnico aos servidores indicados pela FETI para utilização do sistema *web* e acompanhamento das rotinas do contrato;
- 12.21. Responsabilizar-se pelo gerenciamento global do benefício, incluindo repasses e reembolsos aos estabelecimentos onde forem utilizados os créditos;
- 12.22. Manter, durante toda a execução contratual, compatibilidade com as obrigações assumidas e todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 12.23. Cumprir integralmente a LGPD, utilizando os dados dos servidores exclusivamente para execução do contrato, adotando medidas de segurança, sigilo, confidencialidade e prevenção de incidentes;

12.24. Comunicar imediatamente à FETI qualquer incidente de segurança da informação, vazamento de dados, falha sistêmica relevante, indisponibilidade do serviço ou situação que possa comprometer a execução do contrato;

12.25. Não cobrar dos servidores beneficiários qualquer valor pelo uso regular do cartão, manutenção, emissão, reemissão, atendimento ou suporte, salvo hipótese expressamente admitida no edital ou contrato.

13. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

13.1. Acompanhar e fiscalizar, por meio de servidores designados, a execução dos serviços objeto deste Termo de Referência;

13.2. Designar gestor e fiscal do contrato, responsáveis pelo recebimento, acompanhamento, fiscalização, registro de ocorrências, conferência de relatórios e demais providências necessárias à execução contratual;

13.3. Fornecer à contratada as informações cadastrais necessárias à emissão, controle e recarga dos cartões, observando o princípio da necessidade e as regras de proteção de dados pessoais;

13.4. Manter atualizada a relação de servidores beneficiários, informando admissões, exonerações, afastamentos, alterações de lotação, cancelamentos, alterações de valores e demais movimentações pertinentes;

13.5. Solicitar à contratada, dentro dos prazos estabelecidos, a emissão de cartões, segundas vias, bloqueios, estornos, cargas mensais e demais providências necessárias à execução do contrato;

13.6. Comunicar à contratada eventuais irregularidades observadas na prestação dos serviços, inclusive falhas de cartão, inconsistências de saldo, ausência de rede credenciada, indisponibilidade de sistema ou atendimento inadequado;

13.7. Rejeitar, no todo ou em parte, serviço executado em desacordo com as especificações assumidas pela contratada;

13.8. Efetuar o pagamento na forma e prazo previstos neste Termo de Referência, no edital e no contrato, desde que os serviços estejam devidamente prestados, conferidos e aceitos;

13.9. Exercer a fiscalização da execução do objeto na forma prevista pela legislação competente;

13.10. Orientar os usuários dos cartões quanto à finalidade do benefício e aos procedimentos básicos de uso, bloqueio, consulta e atendimento, sem prejuízo do suporte devido pela contratada;

13.11. Prestar informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratada e que estejam relacionados à regular execução contratual;

13.12. Proceder às advertências, notificações, multas e demais comunicações legais em caso de descumprimento do contrato.

14. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

14.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas, este Termo de Referência, o edital, a proposta da contratada e as normas da Lei Federal nº 14.133/2021, respondendo cada parte pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

14.2. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por servidor devidamente designado pela FETI, nos termos do art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021, competindo-lhe anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução contratual e determinar o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados;

14.3. Gestão e fiscalização indicadas para a execução contratual:

Bruno Neuber Vieira / M - 641

Gestor/Contrato

Vânia Maria Zorzo Maura / M - 642

Fiscal/Contrato

14.4. O gestor do contrato será responsável por acompanhar a vigência contratual, emitir ou acompanhar ordens de fornecimento ou serviço, verificar a documentação necessária à execução, controlar prazos, acompanhar alterações e adotar providências administrativas junto aos setores competentes;

14.5. O fiscal do contrato será responsável por acompanhar a execução dos serviços, verificar a entrega dos cartões, acompanhar a disponibilização dos créditos, conferir relatórios, registrar ocorrências, fiscalizar a rede credenciada e comunicar irregularidades ao gestor;

14.6. A FETI deverá manter atualizados os nomes dos responsáveis pela gestão e fiscalização da execução contratual, realizando substituições formais em caso de férias, afastamento, impedimento, exoneração ou necessidade administrativa.

15. DAS PENALIDADES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. Nos casos de atraso injustificado, inexecução total ou parcial, descumprimento das obrigações contratuais ou prática de infração administrativa, aplicar-se-ão as sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, especialmente nos arts. 155 a 163, e no Decreto Municipal nº 3.815/2023, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal eventualmente cabível;

15.2. A contratada poderá ficar sujeita, assegurados o contraditório e a ampla defesa, às seguintes sanções:

- *advertência;*
- *multa;*
- *impedimento de licitar e contratar;*
- *declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.*

15.3. A aplicação das sanções observará a natureza e a gravidade da infração cometida, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes, os danos causados à Administração, a reincidência e a proporcionalidade da medida;

15.4. A multa poderá ser aplicada conforme percentuais, condições e hipóteses definidos no edital e no contrato, podendo ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos à contratada, sem prejuízo de cobrança administrativa ou judicial, se necessário;

15.5. A aplicação de sanções não exclui a obrigação de reparação integral do dano causado à FETI, aos servidores beneficiários ou a terceiros;

15.6. Constituem hipóteses de descumprimento passíveis de apuração, entre outras previstas no edital e no contrato: atraso na entrega dos cartões, atraso ou falha na disponibilização dos créditos, ausência de rede credenciada mínima, não aceitação dos cartões em estabelecimentos informados, cobrança indevida aos servidores, falha de segurança, descumprimento da LGPD, indisponibilidade injustificada do sistema ou aplicativo e omissão de informações à fiscalização.

16. DA GARANTIA CONTRATUAL

16.1. Para assegurar o fiel cumprimento das obrigações assumidas, será exigida da contratada a prestação de garantia de execução contratual correspondente a 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato, nos termos dos arts. 96 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021, observadas as condições previstas no edital e no contrato;

16.2. A garantia deverá possuir validade durante toda a vigência contratual e permanecer válida por, no mínimo, 90 (noventa) dias após o término da vigência, salvo disposição diversa devidamente justificada no edital ou no contrato;

16.3. A garantia poderá ser prestada nas modalidades admitidas pela legislação vigente, tais como caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária, cabendo à contratada observar as condições, prazos e documentos definidos no edital e no contrato;

16.4. A garantia assegurará o ressarcimento de prejuízos decorrentes do inadimplemento contratual, multas moratórias e punitivas aplicadas pela FETI, danos diretos causados à Administração, aos servidores beneficiários ou a terceiros, bem como obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e demais encargos inadimplidos, quando couber;

16.5. A garantia será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato, desde que inexistam pendências, multas, glosas, danos ou obrigações remanescentes imputáveis à contratada, observada a legislação aplicável;

16.6. A exigência de garantia não exclui a responsabilidade da contratada pela reparação integral de danos causados à FETI, aos servidores beneficiários ou a terceiros, nem afasta a aplicação das sanções administrativas cabíveis.

17. DA SUBCONTRATAÇÃO

17.1. Não será permitida a subcontratação do objeto, considerando que a solução exige responsabilidade integral da contratada pela emissão dos cartões, gerenciamento dos créditos, manutenção da rede credenciada, suporte técnico, sistema de gestão, atendimento aos servidores, segurança da informação e cumprimento das obrigações contratuais;

17.2. A vedação não impede a utilização de infraestrutura tecnológica, bandeira, arranjo de pagamento, processadora ou parceiros operacionais próprios da atividade econômica da contratada, desde que a responsabilidade integral perante a FETI permaneça com a empresa contratada e que todas as exigências do edital e contrato sejam cumpridas.

18. DA PROTEÇÃO DOS DADOS PESSOAIS E SIGILO

18.1. A contratada deverá atuar em conformidade com a Lei Federal nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, utilizando os dados dos servidores beneficiários exclusivamente para as finalidades vinculadas à execução do contrato;

18.2. A contratada deverá adotar medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais contra acessos não autorizados, perda, alteração, comunicação indevida, tratamento inadequado ou ilícito e incidentes de segurança;

18.3. É vedada a utilização dos dados pessoais dos servidores para finalidade diversa da execução contratual, inclusive para marketing, oferta de produtos financeiros, compartilhamento não autorizado ou qualquer forma de tratamento não compatível com o objeto contratado;

18.4. A contratada deverá comunicar à FETI, em tempo razoável e compatível com a gravidade da situação, qualquer incidente de segurança que possa acarretar risco ou dano relevante aos servidores beneficiários ou à Administração.

19. DO CONTRATO

19.1. A licitante vencedora terá o prazo de **até 05 (cinco) dias**, contado a partir da data de sua convocação, para aceitar e assinar o contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.

19.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada da empresa vencedora e, prévio aceite pela Administração.

19.3. O aceite e assinatura do contrato pela empresa vencedora implica no reconhecimento de que:

- O Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Edital, no Termo de Referência e em seus anexos.

- O contratado está ciente que, durante toda a vigência do contrato, deverá cumprir suas obrigações de acordo com sua proposta, condições, especificações, quantidade, prazos e valores estabelecidos na sessão pública da licitação ou compra direta.

- O prazo de execução do contrato será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado.

19.4. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o Contratado, bem como avaliação jurídica e constitutiva da empresa.

19.5. O Contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

19.6. A prorrogação contratual deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

19.7. A contratação não poderá ser prorrogada quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

19.8. A contratação poderá ser extinta antes do prazo fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que a contratação não mais lhe oferece vantagem.

19.9. A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

19.10. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

19.11. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.

19.12. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

19.13. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

- Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- Indenizações e multas.

19.14. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

19.15. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão contratual, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

19.16. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

19.17. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

19.18. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.

19.19. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos.

19.20. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

20. DO REAJUSTE/ DO REEQUILÍBRIO

20.1. O critério de reajuste será definido nos termos do art. 25, §7º da Lei 14.133/21, na qual os preços contratados serão reajustados monetariamente com base no IPCA, observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contados da data do orçamento, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

20.1.1. Tendo em vista se tratar de contrato com menor desconto possível na taxa de administração, não haverá, dentro do prazo de vigência sumária do contrato (12 meses), reajustes de preços ofertados;

20.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o intervalo mínimo de 01 (um) ano, a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

20.3. Caso o índice estabelecido para reajuste venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação em vigor.

20.4. Na ausência de previsão legal ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço, do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

20.5. O reajuste será realizado por apostilamento.

20.6. Do Reequilíbrio Econômico-Financeiro:

20.6.1. Com fundamento no disposto pelo art. 124, II, “d” da Lei 14.133/2021, o valor do contrato poderá ser alterado para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, respeitada, em qualquer caso, a repartição de risco estabelecida no contrato.

20.6.2. Os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro devem ser instruídos com documentos que comprovem a ocorrência de algumas das situações previstas pelo item anterior.

20.6.3. Os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro devem ser apreciados pela administração, a qual deve emitir decisão ou instrumento equivalente, expedido pelo setor competente, por meio do qual é certificado se o fato ou ato ocorrido repercutiu nos preços pactuados no contrato.

20.6.4. Na análise dos pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro não deve ser avaliada a margem de lucro da empresa, mas sim se o fato superveniente é capaz de trazer impactos financeiros que inviabilizem e/ou impeçam a execução do contrato pelo preço firmado inicialmente.

20.6.5. Nos casos de revisão de preços, poderão ser concedidos, caso haja motivo relevante, que importe na variação substancial do custo de execução do serviço junto ao distribuidor, devidamente justificado e demonstrado pela Contratada.

20.6.6. Somente haverá revisão de valor quando o motivo for notório e de amplo conhecimento da sociedade, não se enquadrando nesta hipótese simples mudança de fornecedor ou de distribuidora por parte da CONTRATADA.

20.6.7. O reequilíbrio será promovido levando-se em conta apenas o remanescente a ser executado, e não servirá, em hipótese alguma, para ampliação de margem de lucro.

20.6.8. A Contratante terá o dever de explicitamente emitir decisão sobre os requerimentos de reajuste e reequilíbrio, no prazo de 01 (um) mês, contado da conclusão da instrução do requerimento.

20.7. Da repactuação de preços:

20.7.1. Não haverá repactuação de preços durante a vigência de instrumento contratual, bem como de eventuais aditivos firmados, ressalvadas as hipóteses garantidas em legislação vigente.

21. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

21.1. As disposições deste Termo de Referência foram estruturadas com base no Estudo Técnico Preliminar consolidado, no documento de minuta de Termo de Referência e nos pontos complementares indicados para adequação da contratação;

21.2. Os casos omissos serão resolvidos pela FETI, observadas a Lei Federal nº 14.133/2021, o Decreto Municipal nº 3.815/2023, a legislação municipal aplicável e as demais normas pertinentes.

Uberaba (MG), 18 de maio de 2026.

Bruno Neuber Vieira
Equipe de Planejamento da Contratação
M - 641

Rosângela de Andrade Almeida Fernandes
Equipe de Planejamento da Contratação
M - 630

Bruno Neuber Vieira
Gestor/Contrato
M - 641

Vânia Maria Zorzo Maura
Fiscal/Contrato
M - 642

Sônia Manzan
Presidente - FETI
Decreto Nº 0039/2025
Autoridade Competente

ANEXO I

DECLARAÇÃO DE GESTÃO

DECLARO estar ciente quanto a minha indicação como gestor da presente demanda, assim como estar ciente das atribuições inerentes a essa designação, e que realizarei a referida gestão de acordo com o Termo de Referência, Lei, Edital e anexos e outras normas aplicáveis, sob pena de procedimentos disciplinares aplicáveis.

Uberaba (MG), 18/05/2026.

Bruno Neuber Vieira

M - 641

DECLARAÇÃO DE FISCALIZAÇÃO

DECLARO estar ciente quanto a minha indicação como fiscal da presente demanda, assim como estar ciente das atribuições inerentes a essa designação, e que realizarei a referida fiscalização de acordo com o Termo de Referência, Lei, Edital e anexos e outras normas aplicáveis, sob pena de procedimentos disciplinares aplicáveis.

Uberaba (MG), 18/05/2026.

Vânia Maria Zorzo Maura

M - 642

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - E.T.P.

DO OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de Implantação, Gerenciamento, Administração, Fiscalização, Supervisão, Emissão e Fornecimento do cartão referente ao auxílio-alimentação dos servidores da Fundação.

1 - INFORMAÇÕES GERAIS

1.1. Identificação do processo e solicitante:

Número do processo de compras:

Órgão Requisitante: FETI - Fundação de Ensino Técnico Intensivo Dr. Renê Barsam

Departamento requisitante: Departamento de Desenvolvimento e Gestão de Pessoas

Natureza institucional: Fundação Pública Municipal, integrante da Administração Indireta do Município de Uberaba (MG), com autonomia administrativa e financeira, nos termos da legislação municipal aplicável.

Autoridade máxima responsável: Sônia Manzan, Presidente da FETI.

Previsão no Plano de Contratações Anual: a contratação encontra-se prevista no PCA da Fundação.

1.2. Equipe de Planejamento da Contratação

Bruno Neuber Vieira / Matrícula 641 / Ramal 3515

Área de Atuação: Diretoria do Departamento de Desenvolvimento e Gestão de Pessoas

feti.gestaodepessoal@edu.uberabadigital.com.br

Lotação: FETI - Fundação de Ensino Técnico Intensivo Dr. Renê Barsam

Rosângela de Andrade Almeida Fernandes / Matrícula 630 / Ramal 3520

Área de Atuação: Dir. Depto. Gestão Adm. Planej. Orçamentário e Controle de Contratos e Convênios

feti.departamentodeplanejamento@edu.uberabadigital.com.br

Lotação: FETI - Fundação de Ensino Técnico Intensivo Dr. Renê Barsam

Normas aplicáveis: NLLC - Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021; Decreto Municipal nº 3.815/2023; Lei Ordinária Municipal nº 9.820/2005 e suas alterações; Lei Federal nº 13.709/2018; Lei Federal nº 12.527/2011; Lei Federal nº 14.442/2022, quando aplicável ao regime jurídico dos beneficiários; e demais normas correlatas aplicáveis ao objeto.

2 - DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO ATUAL

2.1. Descrição do problema a ser resolvido ou da necessidade apresentada:

A FETI - Fundação de Ensino Técnico Intensivo Dr. Renê Barsam concede auxílio-alimentação aos seus servidores, benefício de natureza social e alimentar destinado a contribuir com a segurança alimentar, a dignidade, o bem-estar e a valorização funcional dos trabalhadores que atuam na instituição. A Fundação tem por finalidade promover a habilitação e a qualificação profissional de jovens e adultos, bem como elaborar e desenvolver projetos no âmbito da educação técnica, da especialização, da qualificação para o trabalho, da ciência e da tecnologia, em consonância com as políticas públicas municipais.

O auxílio-alimentação/refeição é devido aos servidores da Fundação, para aquisição de gêneros alimentícios e custeio de refeições em restaurantes e estabelecimentos congêneres, conforme

legislação municipal aplicável, especialmente a Lei Ordinária Municipal nº 9.820/2005 e suas alterações.

Para fins de estimativa inicial, a Fundação possui 72 (setenta e dois) servidores contemplados com o benefício. Esse quantitativo poderá variar ao longo da execução contratual em razão da dinâmica funcional da instituição, novas admissões, exonerações, afastamentos, alterações de lotação, cessões ou outras movimentações legalmente admitidas.

Tabela I

Tabela atual referente às informações simplificadas do quadro de pessoal da FETI que fazem jus ao cartão alimentação:

Colaboradores por Vínculo (atualmente - ref. 04/2026)	Quantidade
Servidores Exclusivamente Comissionados	20
Servidores Efetivos / Cedidos = Comissionados	04
Servidores Efetivos / FETI	08
Servidores Efetivos / FETI = Comissionados	04
Servidores Efetivos / Cedidos = Com ônus/FETI	07
Servidores / Processo Seletivo e Temporários	21
* Quantitativo estimado / Possíveis futuras contratações	08
TOTAL / COLABORADORES (estimativa necessária)	72
<i>* Margem de segurança</i>	

O Contrato de Prestação de Serviços nº 04/2024, atualmente utilizado para a operacionalização do benefício, encontra-se próximo ao seu vencimento, previsto para 11/06/2026, e não deverá ser objeto de novos aditivos diante da manifestação de não interesse por parte da empresa prestadora do referido serviço. Assim, torna-se necessária a adoção das providências administrativas para uma nova contratação, de modo a evitar qualquer interrupção na disponibilização mensal dos créditos aos servidores beneficiários.

A descontinuidade do serviço poderia ocasionar prejuízo direto aos servidores, além de comprometer a regularidade administrativa da concessão do benefício. Por essa razão, a contratação deve observar padrões técnicos compatíveis com o objeto e com as práticas adotadas pela Administração Pública Municipal, especialmente quanto à rede credenciada, tecnologia dos cartões, prazos de implantação, suporte operacional, segurança da informação, proteção de dados, controle de créditos, forma de pagamento e condições de execução.

Diante desse cenário, mostra-se necessária a contratação de empresa especializada para implantação, gerenciamento, administração, fiscalização, supervisão, emissão e fornecimento de cartões de auxílio-alimentação, com tecnologia adequada, plataforma de gestão, aplicativo aos usuários, ampla rede de estabelecimentos credenciados e suporte técnico permanente.

Conforme manifestação formal do Departamento Jurídico - FETI, certificou-se que o quadro de beneficiários da Fundação é composto exclusivamente por servidores submetidos ao **regime estatutário** (efetivos e comissionados). Dessa forma, este ETP estabelece que o auxílio-alimentação possui natureza estritamente indenizatória, inexistindo incidência de encargos sociais (INSS e FGTS) ou a necessidade de adequação às regras específicas do PAT para fins de desoneração de celetistas. As regras de desembolso e fiscalização no Termo de Referência seguirão, portanto, o rito simplificado aplicável ao regime jurídico único da FETI.

2.2. Alinhamento entre a contratação e o planejamento da Administração:

A contratação está alinhada ao planejamento administrativo da FETI e encontra-se prevista no Plano de Contratações Anual da Fundação, considerando a necessidade de garantir a continuidade do fornecimento do auxílio-alimentação aos servidores. O objeto também se compatibiliza com o interesse público institucional, uma vez que preserva direito de caráter alimentar, contribui para a manutenção das condições de trabalho e segue a lógica de padronização adotada pela Administração Pública Municipal em contratação de natureza semelhante.

2.3. Descrição dos requisitos da potencial contratação:

Com o objetivo de assegurar a melhor prestação dos serviços, faz-se necessário estabelecer padrões mínimos que garantam a qualidade, a segurança, a continuidade, a eficiência e a fiscalização da contratação. Nesse contexto, vislumbra-se, inicialmente, os seguintes requisitos essenciais:

- *Fornecimento de cartões eletrônico/magnético com tecnologia de chip de segurança e senha de uso pessoal e intransferível para validação de todas as transações, com validade mínima de 5 (cinco) anos, a partir de sua emissão;*
- *Possibilidade de recarga de créditos mensais nos cartões;*
- *Suporte técnico e operacional para implementação, supervisão, fiscalização e gerenciamento do sistema;*
- *Garantia de atendimento e suporte aos servidores em casos de problemas, dúvidas, bloqueios, extravios, roubo, furto ou mau funcionamento;*
- *Manutenção de ampla e abrangente rede de estabelecimentos credenciados que aceitem os cartões de auxílio-alimentação;*
- *Assunção dos custos de emissão e reemissão dos cartões, inclusive segunda via, sem ônus para a contratante e sem cobrança direta aos servidores beneficiários;*
- *Disponibilização de opção de autosserviço ao usuário do sistema, por meio de plataforma completa e inteligente, inclusive aplicativo compatível com Android e iOS;*
- *Disponibilização de sistema web, em software próprio, para que os prepostos da FETI realizem as rotinas administrativas vinculadas ao contrato;*
- *Cumprimento das normas de proteção de dados pessoais, segurança da informação e confidencialidade das informações cadastrais dos servidores beneficiários;*
- *Manutenção das condições de habilitação, qualificação técnica, regularidade jurídica, fiscal, trabalhista e econômico-financeira durante toda a execução contratual.*

A plataforma de autosserviço disponibilizada aos usuários deverá contemplar, no mínimo, as seguintes funções:

- a) *Consulta de saldo e extrato;*
- b) *Bloqueio de cartões;*
- c) *Consulta da rede de estabelecimentos credenciados atualizada;*
- d) *Forma de contato com a empresa contratada;*
- e) *Alteração de senha.*

O sistema web disponibilizado à FETI deverá permitir, no mínimo, as seguintes rotinas administrativas:

- a) *Pedidos de créditos e estorno de créditos indevidos;*
- b) *Solicitações de segunda via de cartões, sem custos;*
- c) *Bloqueio imediato do cartão, caso necessário;*
- d) *Relatórios gerenciais de créditos, cartões, beneficiários e movimentações pertinentes à execução contratual.*

O auxílio-alimentação será fornecido por meio de cartões dotados de tecnologia de chip de segurança, com senha numérica para validação das transações, por meio de equipamentos TEF, POS/PDV ou similares, para aquisição de alimentos *in natura* nos estabelecimentos credenciados no município de Uberaba (MG).

Será permitida a utilização de QR Code via aplicativo e a utilização de plataformas online de pagamento, desde que em todas as transações seja solicitada senha de uso pessoal e intransferível, ou outro mecanismo de autenticação equivalente e seguro, preservada a validação individual do beneficiário. Os cartões deverão ser personalizados com o nome do beneficiário, razão social da FETI, numeração sequencial de identificação e controle individual, nome e telefone de contato da empresa contratada. Deverão ser entregues lacrados, contendo manual básico de utilização, junto ao Departamento de Desenvolvimento e Gestão de Pessoas - FETI, à Rua Major Eustáquio nº 790 - Bairro São Benedito, nesta cidade de Uberaba (MG) - CEP 38010-270.

A primeira remessa dos cartões deverá ser entregue bloqueada, e o consequente desbloqueio deverá ocorrer por meio de Central de Atendimento Eletrônico, aplicativo da contratada ou outro meio eletrônico seguro disponibilizado pela empresa. O custo da confecção dos cartões será de responsabilidade da contratada, incluindo substituições e segunda via. A primeira remessa dos cartões deverá ser entregue em **até 20 (vinte) dias úteis**, contados da assinatura do contrato e do recebimento das informações cadastrais necessárias. As demais remessas, decorrentes de segunda via ou novas admissões, deverão ser entregues em até 10 (dez) dias úteis, contados da solicitação realizada pela FETI ou pelo servidor, conforme procedimento operacional a ser definido no contrato.

O valor atual, mês/referência 04/2026, para cada servidor é de **R\$ 1.040,00 (hum mil e quarenta reais)**, creditados mensalmente no cartão alimentação, podendo ocorrer reajustes caso autorizados por legislação específica. A recarga dos créditos deverá ocorrer preferencialmente até o **dia 15 (quinze) de cada mês**, salvo manifestação expressa da FETI para data diversa. Em caráter excepcional, a disponibilização dos créditos poderá ocorrer até o dia 20 (vinte) do respectivo mês, prazo este considerado limite máximo.

As informações cadastrais dos beneficiários serão fornecidas pela FETI à contratada em meio eletrônico, por meio de planilha xls/xlsx, arquivo txt ou formato similar, contendo as informações necessárias para emissão, gestão e disponibilização dos créditos. Os créditos de vale-alimentação deverão ser disponibilizados nos respectivos cartões no dia agendado, independentemente de ser dia útil ou não, devendo a solicitação ser realizada com antecedência compatível com o prazo operacional definido no contrato.

2.3.1. Rede credenciada, arranjos de pagamento e comprovação de aceitação:

A empresa contratada deverá assegurar, dentre os seus credenciados, a inclusão de estabelecimentos destinados ao fornecimento de alimentos in natura, compreendendo restaurantes, lanchonetes, padarias, supermercados, mercearias, açougues, hortifrutigranjeiros, varejões, sacolões, peixarias, comércio de laticínios e frios, entre outros estabelecimentos similares, para fornecimento de alimentos.

A contratada deverá apresentar e manter, mediante documentação comprobatória, relação de, no mínimo, **50 (cinquenta) estabelecimentos credenciados** no município de Uberaba (MG), dentre eles, no mínimo, **03 (três) hipermercados/atacarejo**, excluídos supermercados, mercearias, açougues, hortifrutigranjeiros, padarias e estabelecimentos similares, sendo que:

- *Metade do quantitativo mínimo de credenciados deverá ser apresentada na data de assinatura do termo de contrato;*
- *O total mínimo de estabelecimentos credenciados deverá ser atingido em até 30 (trinta) dias após a assinatura do termo de contrato.*

A exigência de rede credenciada mínima tem por finalidade garantir aos servidores ampla liberdade de escolha dos itens que desejarem adquirir, bem como permitir cotação de gêneros alimentícios em rede abrangente, com alternativas suficientes e adequadas ao interesse público. A exigência se justifica pela

necessidade de assegurar ampla aceitação dos cartões no município de Uberaba (MG) e evitar prejuízos aos beneficiários, em consonância com os entendimentos técnicos indicados no processo, inclusive Acórdãos TCU nº 842/2010 e nº 212/2014 - Plenário, quando aplicáveis.

A FETI não vislumbra óbice à participação de empresas que operem arranjos de pagamento fechado ou aberto, desde que sejam cumpridas todas as disposições do Termo de Referência, do Edital e do contrato, inclusive quanto ao quantitativo mínimo de estabelecimentos credenciados e à comprovação documental da rede.

No caso dos cartões alimentação com arranjo aberto de pagamento, considerando que sua aceitação não ocorre automaticamente nos estabelecimentos que operam determinada bandeira nas funções débito e/ou crédito, será necessário comprovar credenciamento e/ou cadastro específico, incluindo habilitação e configuração do ponto de venda (PDV) para recebimento via vale-alimentação. Assim, também será exigida a apresentação de documentação comprobatória do atendimento ao quantitativo mínimo de estabelecimentos credenciados.

A empresa vencedora deverá manter nos estabelecimentos conveniados, em local visível, a identificação do convênio por meio de placas, selos identificadores, adesivos ou identificação por aplicativo, sem prejuízo da disponibilização de relação atualizada da rede credenciada aos usuários e à FETI. A empresa vencedora será responsável pelo gerenciamento global do benefício, incluindo os repasses e reembolsos devidos aos estabelecimentos onde forem utilizados os créditos, sem que isso implique ônus adicional à FETI ou aos beneficiários além das condições contratadas.

2.3.2. Definições mínimas dos estabelecimentos credenciados:

Para fins de compreensão e fiscalização da rede credenciada, adotam-se as seguintes definições mínimas:

- **Supermercado:** *estabelecimento de autosserviço destinado predominantemente à venda de gêneros alimentícios, produtos de higiene, limpeza e utilidades domésticas, podendo possuir área de vendas entre 300 (trezentos) e 5.000 (cinco mil) metros quadrados, conforme referência do CNAE 4711-3/02, quando aplicável;*
- **Hipermercado/Atacarejo:** *estabelecimento de grande porte que reúne características de supermercado e loja de departamentos, comercializando alimentos e ampla variedade de produtos não alimentícios, podendo possuir área de vendas superior a 5.000 (cinco mil) metros quadrados, conforme referência do CNAE 4711-3/01, quando aplicável;*
- **Varejão:** *setor ou estabelecimento voltado predominantemente à comercialização de frutas, legumes e verduras (FLV), geralmente em sistema de autosserviço;*
- **Açougue:** *estabelecimento ou setor destinado à comercialização de carnes, aves, peixes e derivados;*
- **Restaurante:** *estabelecimento destinado ao preparo e fornecimento de refeições prontas para consumo imediato;*
- **Lanchonete:** *estabelecimento destinado ao preparo e comercialização de lanches, bebidas e refeições rápidas.*

2.3.3. Observação sobre PAT e legislação específica:

A FETI não está inscrita no Programa de Alimentação do Trabalhador - PAT. Então, a licitação não deverá ser fundamentada como contratação sujeita a obrigações próprias de pessoa jurídica participante do Programa, sem prejuízo de serem observadas, no que couber, as normas gerais e específicas relacionadas ao auxílio-alimentação e ao regime jurídico dos beneficiários.

2.3.4. Créditos remanescentes, acúmulo e proteção de dados:

Poderá ocorrer, a qualquer momento, acúmulo dos créditos nos cartões dos beneficiários, não havendo tempo determinado para sua utilização, salvo disposição legal, regulamentar ou contratual em sentido diverso.

Após o término de contrato, os créditos remanescentes deverão ter validade de **90 (noventa) dias**, para que o beneficiário possa utilizá-los. A empresa contratada, por si e por seus colaboradores, obriga-se a atuar em conformidade com a legislação vigente sobre proteção de dados pessoais, em especial a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, e com as determinações de órgãos reguladores e fiscalizadores sobre a matéria.

3 - PROSPECÇÃO DE SOLUÇÕES

3.1. Levantamento de Mercado:

Foram consideradas alternativas como a gestão interna do benefício, a contratação de empresa especializada com tecnologia menos segura e a contratação de empresa especializada com cartões dotados de chip, senha individual, aplicativo, sistema web e rede credenciada. A escolha por empresa especializada justifica-se pela expertise e pela capacidade operacional de fornecedores que atuam especificamente no gerenciamento de benefícios, com rede credenciada, tecnologia própria, suporte técnico, segurança de transações e sistemas de acompanhamento administrativo. A natureza do objeto exige solução capaz de assegurar continuidade, capilaridade, segurança, controle e atendimento adequado aos servidores. Nesse sentido, foram analisadas as seguintes alternativas:

3.1.1. Solução 1 - Gestão Interna do Benefício:

A gestão interna do auxílio-alimentação envolveria o controle e a administração direta do benefício pela própria FETI, sem a intermediação de empresa especializada. Embora essa alternativa possa oferecer maior controle direto, sua implementação demandaria estrutura tecnológica, operacional, financeira e de atendimento incompatível com a capacidade ordinária da Fundação para execução direta de serviço dessa natureza. Para gerir internamente o benefício, seria necessário desenvolver ou contratar sistema específico de administração de créditos, controle de saldos, emissão de cartões, segurança das transações, atendimento aos usuários, credenciamento de estabelecimentos, gestão de bloqueios, segunda via, relatórios e integração com rotinas administrativas. Essa solução se mostra menos eficiente, mais onerosa operacionalmente e mais vulnerável à interrupção do fornecimento do benefício.

3.1.2. Solução 2 - Contratação de empresa especializada com cartão sem chip:

A contratação de empresa especializada com cartão sem chip representaria solução operacionalmente possível, porém menos adequada do ponto de vista da segurança. Cartões baseados exclusivamente em tecnologia magnética ou sem microprocessador apresentam maior vulnerabilidade a clonagem, fraude e falhas de autenticação, além de se mostrarem tecnologicamente menos aderentes às práticas atuais de mercado.

3.1.3. Solução 3 - Contratação de empresa especializada com cartão com chip, senha, aplicativo e sistema web:

Nessa solução, a empresa contratada fica responsável pela implantação, gerenciamento, administração, fiscalização, supervisão, emissão e fornecimento de cartões, além do suporte técnico aos servidores, gestão dos saldos e garantia de que os benefícios estejam disponíveis conforme as normas estabelecidas.

A utilização de chip de segurança, senha pessoal, aplicativo, sistema web e rede credenciada comprovada aumenta a segurança, a rastreabilidade, a fiscalização e a eficiência da execução contratual. Empresas especializadas possuem know-how e experiência na gestão de benefícios, o que garante maior eficiência e qualidade na prestação do serviço. A estrutura dessas empresas é voltada para administrar tarefas complexas, permitindo que a FETI concentre sua atuação em suas atividades finalísticas e administrativas prioritárias.

A fim de identificar a disponibilidade de soluções no mercado, foram observadas empresas que atuam no segmento de administração, gerenciamento e fornecimento de benefícios por meio de cartões eletrônicos, tais como:

Fornecedor identificado	Contato informado em pesquisa preliminar
Alelo Empresa	4003.3885
BK Bank	0800.901.0203
Flashapp	(11) 4118.0488
Sodexo	0800.728.5083
Ticket Serviços	4004.2233
Up Brasil	0800.777.4000
Vale Card	0800.701.5402
VR Benefícios	0800.596.3838

** A listagem acima tem caráter meramente prospectivo e não implica direcionamento, preferência, convite ou restrição de competitividade, servindo apenas para demonstrar a existência de mercado fornecedor potencialmente apto ao atendimento da demanda.*

3.2. Estimativa do Valor da Contratação para a Solução 3:

O total estimado de servidores beneficiários da FETI é de 72 (setenta e dois) servidores. Para fins de estimativa inicial, considera-se o valor mensal de R\$ 1.040,00 (hum mil e quarenta reais) por servidor, conforme parâmetro atualmente utilizado na Administração Municipal para benefício de natureza semelhante. Dessa forma, estima-se que a contratação custe aos cofres públicos o valor global de R\$ 898.560,00 (oitocentos e noventa e oito mil, quinhentos e sessenta reais), para o período de 12 (doze) meses, conforme demonstrado a seguir:

Qtd. Servid. (estimada)	Valor cré. mês	Qtd. meses	Total mês	Total anual
72 Servidores	R\$ 1.040,00	12 (doze)	R\$ 74.880,00	R\$ 898.560,00

** O quantitativo de funcionários constantes na tabela acima é meramente estimativo, com base em possíveis futuras contratações, podendo haver alterações durante o prazo da contratação. O número atual de servidores do quadro da FETI é de 64 (sessenta e quatro).*

Dotação orçamentária: 04.29.10.04.122.0401.8001.339039-2121 - Fonte 1500.

Tendo em vista a dinâmica do quadro funcional da FETI, eventuais alterações no quantitativo de cartões ou no valor do benefício poderão acarretar acréscimo ou supressão, que deverão ser formalizados por meio de instrumento jurídico hábil, observados os limites legais aplicáveis.

O número de beneficiários é variável em razão da mutabilidade dos quadros funcionais, estando subordinado ao interesse e à necessidade da FETI. A quantidade de usuários é estimada, não implica obrigatoriedade de contratação em número fixo e serve como referencial para elaboração das propostas.

A quantidade de cartões poderá ser alterada pela FETI em caso de novas contratações, exonerações, desligamentos, afastamentos, cessões ou outras movimentações funcionais, conforme rotatividade dos servidores e necessidade administrativa.

3.3. Escolha da Solução:

Solução escolhida: contratação de empresa especializada para o gerenciamento do auxílio-alimentação dos servidores da FETI, com fornecimento de cartões com chip de segurança, senha pessoal e intransferível, aplicativo, sistema web administrativo, suporte técnico, rede credenciada mínima comprovada e possibilidade de utilização de meios eletrônicos seguros.

Solução	Vantagens	Desvantagens / Limitações
1) Gestão interna do benefício	Maior controle direto pela Administração.	Demanda estrutura tecnológica, operacional, financeira e de atendimento incompatível com a capacidade ordinária da Fundação.
2) Empresa especializada com cartão sem chip	Operacionalização por fornecedor especializado e possível menor custo.	Tecnologia menos segura, maior risco de fraude/clonagem e menor aderência às práticas atuais de mercado.
3) Empresa especializada com cartão com chip	Maior segurança, tecnologia moderna, maior controle, aplicativo, sistema web, suporte especializado e menor risco de fraude.	Exige requisitos técnicos bem definidos, comprovação de rede credenciada e fiscalização contratual permanente.

A escolha por cartões com chip se justifica pela maior segurança em relação a cartões com tarja magnética, tendo em vista que o chip permite maior proteção das informações, reduz riscos de clonagem e confere maior segurança às transações dos servidores. Além disso, a contratação de empresa especializada permite melhor controle pela FETI, maior estabilidade na execução contratual, acesso a relatórios, gestão de créditos, atendimento técnico e continuidade do benefício sem necessidade de estruturação interna de operação complexa.

4 - DETALHAMENTO DA SOLUÇÃO ESCOLHIDA

4.1. Descrição da solução como um todo:

Para garantir a continuidade e a eficiência na gestão do auxílio-alimentação dos servidores da FETI, opta-se pela contratação de empresa especializada nesse serviço. Esta solução se mostra adequada considerando os desafios administrativos e legais que envolvem a gestão interna do benefício, bem como a necessidade de conformidade com a legislação, transparência, controle, segurança e continuidade operacional.

Ao terceirizar a gestão do auxílio-alimentação, a FETI poderá usufruir da expertise e da infraestrutura já estabelecida por empresa que opera no mercado, assegurando um serviço de qualidade e eficiência. Esse modelo reduz a carga administrativa interna, permite que a Fundação concentre seus esforços em suas atividades institucionais e garante aos servidores acesso regular ao benefício.

A prestação dos serviços deverá ocorrer diariamente, pelo período de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do termo de contrato, com possibilidade de prorrogação nos termos da legislação aplicável, desde que demonstrada a vantajosidade e preservado o interesse público. Trata-se de contratação de natureza continuada, nos termos do art. 106 da Lei Federal nº 14.133/2021, por envolver serviço necessário à continuidade da concessão mensal do benefício aos servidores.

A contratação será realizada em lote único, devendo a empresa interessada apresentar proposta para o objeto integral. O fornecimento de cartão alimentação é um serviço que exige logística contínua de adaptação às necessidades dos beneficiários. Um prazo compatível com a natureza continuada do serviço permite que a empresa contratada implemente e aperfeiçoe processos, garantindo eficiência e qualidade na entrega.

Contratos de maior duração possibilitam melhores condições operacionais, redução dos custos administrativos decorrentes de processos licitatórios frequentes e maior estabilidade operacional para a FETI e para os servidores.

A alimentação é fator essencial para o bem-estar dos servidores públicos. A troca recorrente de fornecedor poderia gerar instabilidade na distribuição dos cartões e afetar os usuários, tornando fundamental que o contrato tenha duração compatível com a natureza continuada do serviço.

Dentre as exigências técnicas mínimas da solução, destacam-se:

- *Disponibilização de cartões físicos personalizados, com chip de segurança, senha de uso pessoal e intransferível, e possibilidade de utilização por meios eletrônicos seguros, inclusive aplicativo, QR Code e plataforma de pagamento, quando aplicável;*
- *Crédito mensal dos valores nos cartões, preferencialmente no dia 15 (quinze) de cada mês, observado o limite máximo do dia 20 (vinte), salvo manifestação expressa da FETI para data diversa;*
- *Disponibilização de aplicativo compatível com Android e iOS, com consulta de saldo, extrato, bloqueio de cartão, consulta de rede credenciada e canal de contato com a contratada;*
- *Disponibilização de sistema web administrativo para gestão dos beneficiários, pedidos de créditos, estornos, segunda via, bloqueios e relatórios;*
- *Manutenção de central de atendimento aos usuários do benefício, em horário compatível com a necessidade do serviço, inclusive por canais telefônicos e eletrônicos;*
- *Apresentação de rede mínima de 50 (cinquenta) estabelecimentos credenciados no município de Uberaba (MG), com pelo menos 02 (dois) hipermercados, excluídos supermercados e estabelecimentos similares;*
- *Apresentação de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) da rede mínima credenciada na data da assinatura contratual e de 100% (cem por cento) da rede em até 30 (trinta) dias após a assinatura do contrato;*
- *Entrega da primeira remessa de cartões em até 20 (vinte) dias úteis, contados da assinatura contratual e do recebimento dos dados necessários, e entrega das remessas posteriores em até 10 (dez) dias úteis;*
- *Treinamento inicial dos servidores/prepostos da FETI responsáveis pela gestão do contrato e utilização do sistema web, sem ônus adicional à Fundação;*
- *Cumprimento das normas de proteção de dados pessoais, segurança da informação, sigilo e confidencialidade das informações dos servidores;*
- *Manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas durante toda a vigência contratual.*

A contratada deverá prestar serviços sem cobrança de qualquer valor diretamente aos servidores beneficiários pelo uso regular do cartão, ficando os custos de emissão, manutenção, reemissão, atendimento, treinamento e suporte contemplados na proposta apresentada no procedimento licitatório, observadas as regras do edital e do contrato.

Nos preços propostos relativos à taxa de administração para prestação de serviço, considerar-se-ão inclusos todos os tributos, encargos sociais e trabalhistas, fretes, seguros, despesas com pessoal, hospedagem de dados, treinamentos, manutenção e atualização do sistema, bem como quaisquer outros custos necessários à execução integral do objeto.

A taxa administrativa proposta pela contratada permanecerá fixa e inalterada durante a vigência do contrato, salvo em caso de pedido de revisão do equilíbrio econômico-financeiro devidamente comprovado, nos termos da legislação aplicável.

4.2. Justificativa para o parcelamento ou não da contratação:

A contratação deverá ocorrer em lote único, considerando que o objeto envolve solução integrada de implantação, gerenciamento, administração, fiscalização, supervisão, emissão e fornecimento de cartões de auxílio-alimentação, com rede credenciada, sistema administrativo, aplicativo, suporte técnico e operacional.

O parcelamento poderia prejudicar a gestão centralizada do benefício, criar incompatibilidades entre sistemas, dificultar o controle administrativo, comprometer a fiscalização contratual e gerar riscos à continuidade da prestação dos serviços. Assim, o contrato único se mostra mais eficiente, seguro e adequado ao interesse público.

4.3. Contratações correlatas ou interdependentes:

Após análise das necessidades e dos requisitos do objeto, conclui-se que não há necessidade de contratações correlatas ou interdependentes para a execução da solução, uma vez que a empresa especializada contratada deverá fornecer a solução completa, compreendendo emissão e distribuição dos cartões, gerenciamento dos créditos, sistema administrativo, aplicativo, atendimento aos usuários, treinamento, repasses e reembolsos aos estabelecimentos e manutenção da rede credenciada.

4.4. Resultados pretendidos:

Com a contratação de empresa especializada para o gerenciamento do auxílio-alimentação dos servidores da FETI, pretende-se alcançar os seguintes resultados:

- *Garantir a continuidade do fornecimento do auxílio-alimentação aos servidores da Fundação;*
- *Assegurar ampla rede credenciada, com liberdade de escolha aos beneficiários e adequada capilaridade no município de Uberaba (MG);*
- *Promover segurança nas transações por meio de cartões com chip, senha pessoal, aplicativo e sistemas eletrônicos seguros;*
- *Reduzir riscos de fraude, inconsistência, interrupção do serviço e falhas operacionais;*
- *Facilitar a fiscalização contratual por meio de relatórios, sistema web, controle de créditos e acompanhamento administrativo;*
- *Garantir atendimento técnico e operacional aos servidores beneficiários e à equipe administrativa da FETI;*
- *Promover economicidade, padronização e eficiência administrativa, com observância das práticas adotadas pela Administração Pública Municipal;*
- *Observar, quando aplicáveis, as normas relacionadas ao auxílio-alimentação, à proteção de dados, à segurança da informação e ao regime jurídico dos beneficiários.*

4.5. Providências a serem adotadas:

Após análise técnica do processo de contratação, conclui-se que não há providências adicionais de alta complexidade a serem adotadas pela FETI para implantação da solução, além das providências ordinárias de planejamento, instrução processual, autorização, procedimento licitatório, assinatura contratual e designação formal de gestor e fiscal do contrato.

A Fundação deverá manter atualizada a relação de servidores beneficiários, informar admissões, desligamentos, alterações de dados e valores, conferir os relatórios apresentados pela contratada, acompanhar a rede credenciada, validar a disponibilização dos créditos e fiscalizar o cumprimento das obrigações contratuais.

A contratada deverá realizar treinamento inicial, sem ônus adicional, para os servidores/prepostos designados pela FETI para utilização do sistema web, solicitação de créditos, emissão de relatórios, bloqueios, estornos, segunda via e demais rotinas administrativas vinculadas ao contrato.

Caso a contratada utilize software próprio para realização das recargas e gestão dos cartões, deverá disponibilizar acesso, orientar o uso, prestar suporte técnico durante toda a vigência contratual e garantir a compatibilidade mínima com os equipamentos e rotinas administrativas da Fundação.

4.6. Possíveis impactos ambientais:

A fabricação de cartões magnéticos envolve o uso de materiais plásticos e componentes eletrônicos, que podem gerar resíduos e emissões de carbono durante a produção. Por esse motivo, recomenda-se que a contratada adote boas práticas de sustentabilidade, inclusive priorizando a durabilidade dos cartões, a redução de impressos físicos e a utilização de canais digitais para relatórios, extratos, consultas e comunicações.

Sempre que possível, deverão ser promovidas práticas de digitalização de processos e utilização de aplicativo para smartphones, reduzindo a necessidade de materiais impressos e contribuindo para a diminuição dos impactos ambientais associados à contratação.

A contratação deverá observar, no que couber, critérios de sustentabilidade compatíveis com o objeto, sem comprometer a segurança, a continuidade e a qualidade do serviço prestado aos servidores.

4.7. Fiscalização do contrato:

A fiscalização do contrato será realizada por servidor designado formalmente pela Fundação, dentre seu quadro, cabendo ao fiscal e ao gestor acompanhar a execução dos serviços, conferir a disponibilização dos créditos, verificar a rede credenciada, acompanhar chamados, validar relatórios gerenciais, registrar ocorrências e adotar as medidas administrativas cabíveis em caso de descumprimento contratual.

5 - POSICIONAMENTO CONCLUSIVO

Diante da análise detalhada das alternativas disponíveis para a gestão do benefício de auxílio-alimentação dos servidores da FETI, conclui-se que a contratação de empresa especializada é a solução mais adequada e eficiente para atender ao interesse público institucional.

A contratação de empresa especializada proporcionará gestão profissional, segura e transparente do benefício, com emissão e fornecimento de cartões, ampla rede credenciada, aplicativo aos usuários, sistema administrativo, suporte técnico, treinamento, controle de créditos, atendimento aos servidores e observância das normas legais aplicáveis.

Além disso, a contratação possibilita que a FETI mantenha a continuidade do benefício sem necessidade de estruturar internamente operação complexa, reduzindo riscos de descontinuidade, inconsistências de controle e falhas operacionais.

Portanto, entende-se viável, necessária e conveniente a contratação de empresa especializada para implantação, gerenciamento, administração, fiscalização, supervisão, emissão e fornecimento de cartão referente ao auxílio-alimentação dos servidores da FETI, observadas as condições constantes deste Estudo Técnico Preliminar e demais documentos da contratação.

6 - CLASSIFICAÇÃO QUANTO AO GRAU E PRAZO DE SIGILO

Não há necessidade de classificar o presente expediente como sigiloso, pois as informações aqui descritas não se amoldam às hipóteses previstas e às diretrizes da legislação de acesso à informação,

ressalvados os dados pessoais dos servidores beneficiários e demais informações protegidas por lei, que deverão receber tratamento adequado conforme a legislação aplicável.

7 - ANÁLISE DE RISCO

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de Implantação, Gerenciamento, Administração, Fiscalização, Supervisão, Emissão e Fornecimento do cartão referente ao auxílio-alimentação dos servidores da Fundação.

A presente análise foi estruturada conforme as fases de planejamento, licitação e gestão contratual, observando os principais eventos capazes de comprometer a regularidade, a continuidade e a segurança da execução.

Fase de análise - Planejamento

Risco 1: Estimativa inadequada do número de beneficiários ou do valor mensal do benefício:

Fase de análise	Planejamento	
Probabilidade	Média	Impacto: Alta
Dano	Quantitativo ou valores desatualizados podem gerar estimativa orçamentária insuficiente, excesso de reserva, propostas desalinhadas ou necessidade de ajustes contratuais logo no início da execução.	
Ação preventiva	Atualizar a relação de beneficiários e confirmar o valor vigente do benefício antes da fase externa da licitação, mantendo memória de cálculo no processo.	Setor responsável: Equipe de Planejamento, Depto. de Desenv. e Gestão de Pessoas e Depto. Planej. Orçamentário
Ação de contingência	Promover ajuste formal do quantitativo, apostilamento ou alteração contratual, conforme o caso e observados os limites legais aplicáveis.	Setor responsável: Equipe de Planejamento, Depto. de Desenv. e Gestão de Pessoas e Depto. Planej. Orçamentário

Risco 2: Definição insuficiente dos requisitos técnicos do cartão, aplicativo, sistema web e meios de autenticação:

Fase de análise	Planejamento	
Probabilidade	Média	Impacto: Alta
Dano	Requisitos genéricos podem permitir proposta tecnicamente inferior, com cartões sem segurança adequada, aplicativo incompleto, sistema web limitado ou dificuldade de fiscalização.	
Ação preventiva	Descrever no Termo de Referência as funcionalidades mínimas, tecnologia de chip, senha, TEF/POS/PDV, QR Code quando aplicável, aplicativo Android/iOS, sistema web e relatórios administrativos.	Setor responsável: Equipe de Planejamento, Setor de Licitação e Fiscal do Contrato
Ação de contingência	Exigir adequação técnica antes do recebimento definitivo ou aplicar sanções contratuais em caso de descumprimento.	Setor responsável: Equipe de Planejamento, Setor de Licitação e Fiscal do Contrato

Fase de análise Licitação

Risco 1 - Restrição indevida da competitividade ou ausência de critérios claros para arranjos de pagamento aberto ou fechado:

Fase de análise	Licitação	
Probabilidade	Média	Impacto: Alta
Dano	Cláusulas imprecisas podem gerar impugnações, questionamentos por fornecedores e risco de direcionamento ou de aceitação de rede meramente presumida.	
Ação preventiva	Permitir arranjos aberto e fechado, desde que comprovado o atendimento a todos os requisitos do edital, inclusive rede credenciada mínima, configuração de PDV e aceitação efetiva como vale-alimentação.	Setor responsável: Setor de Licitação, Equipe de Planejamento e Setor Jurídico
Ação de contingência	Responder tecnicamente às impugnações, ajustar cláusulas antes da sessão pública ou promover diligências para comprovação da rede apresentada.	Setor responsável: Setor de Licitação, Equipe de Planejamento e Setor Jurídico

Risco 2 - Comprovação insuficiente da rede credenciada mínima no município de Uberaba (MG):

Fase de análise	Licitação	
Probabilidade	Média	Impacto: Alta
Dano	A rede insuficiente pode limitar a liberdade de escolha dos servidores, dificultar a utilização do benefício e gerar insatisfação ou prejuízo aos beneficiários.	
Ação preventiva	Exigir documentação comprobatória da rede mínima de 50 estabelecimentos, incluindo 02 hipermercados, com 50% na assinatura e 100% em até 30 dias, além de lista atualizada e verificável.	Setor responsável: Gestor e Fiscal do Contrato e Depto. de Desenvolvimento e Gestão de Pessoas
Ação de contingência	Notificar a contratada para complementação da rede, aplicar sanções previstas e, em caso de persistência, avaliar rescisão contratual e contratação substitutiva.	Setor responsável: Gestor e Fiscal do Contrato e Depto. de Desenvolvimento e Gestão de Pessoas

Fase de análise Gestão de Contratos**Risco 1 - Atraso na emissão ou entrega da primeira remessa dos cartões e das remessas posteriores:**

Fase de análise	Gestão de Contratos	
Probabilidade	Média	Impacto: Alta
Dano	O atraso pode comprometer a disponibilização tempestiva do benefício, gerar reclamações dos servidores e ocasionar descontinuidade do auxílio-alimentação.	
Ação preventiva	Estabelecer prazos claros de entrega, fluxo de envio de dados cadastrais, canal de acompanhamento e obrigação de entrega dos cartões bloqueados, lacrados e com manual básico.	Setor responsável: Gestor e Fiscal do Contrato e Contratada
Ação de contingência	Acionar suporte da contratada, exigir plano de regularização, aplicar sanções e, se necessário, adotar medidas administrativas para garantir continuidade do benefício.	Setor responsável: Gestor e Fiscal do Contrato e Contratada

Risco 2 - Atraso ou erro na disponibilização mensal dos créditos:

Fase de análise	Gestão de contratos	
Probabilidade	Média	Impacto: Alta
Dano	Falhas na recarga podem gerar prejuízo direto aos servidores, descumprimento contratual e comprometimento da finalidade alimentar do benefício.	
Ação preventiva	Definir calendário mensal de solicitação e disponibilização, com prazo máximo até o dia 20, conferência prévia da lista de beneficiários e emissão de comprovantes/relatórios.	Setor responsável: Depto. de Desenvolvimento e Gestão de Pessoas, Gestor e Fiscal do Contrato e Contratada
Ação de contingência	Providenciar correção imediata dos créditos, estorno ou complementação, registrar ocorrência e avaliar penalidades em caso de reincidência.	Setor responsável: Depto. de Desenvolvimento e Gestão de Pessoas, Gestor e Fiscal do Contrato e Contratada

Risco 3 - Indisponibilidade do aplicativo, sistema web, central de atendimento ou canais de suporte:

Fase de análise	Gestão de contratos	
Probabilidade	Média	Impacto: Média
Dano	A indisponibilidade dificulta consulta de saldo, bloqueio de cartões, emissão de relatórios, solicitação de segunda via e solução de problemas pelos usuários e pela FETI.	
Ação preventiva	Exigir canais de atendimento, suporte técnico, aplicativo funcional, sistema web estável e relatórios gerenciais, com acompanhamento periódico pelo fiscal.	Setor responsável: Gestor e Fiscal do Contrato e Contratada
Ação de contingência	Registrar chamados, exigir restabelecimento do serviço, solicitar relatório de indisponibilidade e aplicar sanções em caso de descumprimento dos níveis mínimos de atendimento.	Setor responsável: Gestor e Fiscal do Contrato e Contratada

Risco 4 - Tratamento inadequado de dados pessoais dos beneficiários:

Fase de análise	Gestão de contratos	
Probabilidade	Baixa	Impacto: Alta
Dano	Falhas de proteção de dados podem ocasionar vazamento de informações pessoais, responsabilização administrativa e danos à confiança institucional.	
Ação preventiva	Exigir compromisso de confidencialidade, observância da LGPD, limitação de acesso aos dados e uso exclusivo das informações para execução contratual.	Setor responsável: Contratada, Gestor do Contrato e Encarregado ou responsável por dados pessoais
Ação de contingência	Comunicar imediatamente os responsáveis institucionais, exigir plano de resposta a incidente, registrar ocorrência e adotar providências legais e contratuais cabíveis.	Setor responsável: Contratada, Gestor do Contrato e Encarregado ou responsável por dados pessoais

Risco 5 - Cobrança indevida aos servidores, repasses inadequados aos estabelecimentos ou descumprimento da taxa administrativa contratada:

Fase de análise	Gestão de contratos	
Probabilidade	Baixa	Impacto: Alta
Dano	Cobranças indevidas, falhas de repasse ou descumprimento da taxa administrativa podem gerar prejuízos aos beneficiários, reclamações, quebra de confiança e responsabilização contratual.	
Ação preventiva	Prever expressamente a vedação de cobrança aos servidores pelo uso regular do cartão e a responsabilidade da contratada pelos repasses e reembolsos aos credenciados, mantendo relatórios de controle.	Setor responsável: Gestor e Fiscal do Contrato e Contratada
Ação de contingência	Exigir devolução de valores, regularização dos repasses, aplicação de penalidades e avaliação de rescisão contratual em caso de descumprimento grave ou reiterado.	Setor responsável: Gestor e Fiscal do Contrato e Contratada

Uberaba (MG), 14 de maio de 2026.

Bruno Neuber Vieira
Equipe de Planejamento da Contratação
M - 641

Rosângela de Andrade Almeida Fernandes
Equipe de Planejamento da Contratação
M - 630

Bruno Neuber Vieira
Gestor/Contrato
M - 641

Vânia Maria Zorzo Maura
Fiscal/Contrato
M - 642

Sônia Manzan
Presidente - FETI
Decreto Nº 0039/2025
Autoridade Competente

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2026

PROCESSO COMPRA Nº 14/2026

A FUNDAÇÃO DE ENSINO TÉCNICO INTENSIVO “DR. RENÊ BARSAM” -FETI, ora denominada **CONTRATANTE**, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ nº 19.061.464/0001-36, com sede na Rua Major Eustáquio, nº 790, Bairro São Benedito, CEP 38010-270, representada neste ato por sua Presidente, nomeada pelo Decreto Municipal nº 0039/2025, **Prof.ª. Sônia Manzan**, brasileira, casada, servidora pública municipal, inscrita no CPF no nº 745.992.596-91 e portadora do RG sob o nº MG 4.283.396, residente e domiciliada nesta cidade de Uberaba (MG), e XX, ora denominada **CONTRATADA**, Empresa Privada, inscrita no CNPJ nº XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX com sede na cidade de XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, Rua XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, Nº XXXXXXX, Bairro XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, neste ato representada legalmente pelos (as) sócios(as): Sr.(a) XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, brasileira (o), nascido (a) em XXXXXXXXXX, XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, empresário (a), inscrito(a) no CPF sob o nº XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, portador(a) do RG XXXXXXXXXX SSP/MG, residente e domiciliada na cidade de XXXXXXXXXXXX, na Rua XXXXXXXXXX, nº XXXXX, Bairro XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX – CEPXXXXXXXXXXXX, com telefones de contato (xx) XXXXXXXXXX ou (xx) XXXXXXXXXXXX, com endereço eletrônico (e-mail) XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, ajustam o presente **CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CARTÃO ALIMENTAÇÃO** destinado aos Servidores da Fundação de Ensino Técnico Intensivo “Dr Renê Barsam” - FETI, tendo em vista o ato autorizativo da Presidente-FETI, datado de xx/xx/2026, previsto no Processo de Pregão Eletrônico Nº 03/2026, formalizado nos autos do Processo de compras nº 14/2026, observadas as prescrições da Lei nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 3.815/2023 e demais normas aplicáveis a espécie, bem como às seguintes cláusulas e condições:

1 – CLÁUSULA I – DO OBJETO

1.1- Contratação de empresa especializada para Prestação de serviços de implantação, gerenciamento, administração, fiscalização, supervisão, emissão e fornecimento de cartão eletrônico/magnético - tipo cartão alimentação (contendo senha individual e chip); utilizado para aquisição de gêneros alimentícios, por intermédio de estabelecimentos comerciais (hipermercados, supermercados, mercados, mercearias, açougues, hortifrutigranjeiros, padarias e afins) e destinado aos Servidores da Fundação de Ensino Técnico Intensivo “Dr Renê Barsam” - FETI.

1.2. Da Descrição dos itens e valor a ser contratado – Proposta Final encaminhada via sistema no dia XX/XX/2026- LICITANET:

ITEM	QUANT./ UNID.	ESPECIFICAÇÕES	MARCA/ MODELO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
VALOR TOTAL DO CONTRATO		R\$ XXXXXXXXX (XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX)			

1.3. O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços de implantação, gerenciamento, administração, fiscalização, supervisão, emissão e fornecimento de cartão eletrônico/magnético, do tipo cartão alimentação, com chip e senha individual, destinado à aquisição de gêneros alimentícios pelos servidores da Fundação de Ensino Técnico Intensivo “Dr. Renê Barsam” – FETI, por meio de estabelecimentos comerciais credenciados, tais como hipermercados, supermercados, mercados, mercearias, açougues, hortifrutigranjeiros, padarias e congêneres.

1.4. O benefício será disponibilizado na forma de crédito mensal em cartão alimentação aos servidores da FETI, estimados em aproximadamente 72 (setenta e dois) beneficiários, considerando o quadro atual e futuras contratações, sendo que, na data-base de abril de 2026, o quantitativo de servidores é de 64 (sessenta e quatro).

1.5. O valor estimado do benefício corresponde a R\$ 1.040,00 (mil e quarenta reais) mensais por servidor, pelo prazo de 12 (doze) meses.

1.6. O critério de julgamento da proposta será o menor percentual de taxa de administração, admitindo-se taxa zero ou negativa, conforme previsto no edital.

1.7. O quantitativo de beneficiários e o valor total estimado poderão sofrer variações em decorrência de admissões, desligamentos ou alterações no quadro de pessoal, sem que isso implique alteração da natureza do contrato.

1.8. A disponibilização dos créditos aos servidores será realizada mensalmente, mediante solicitação formal do setor competente, encaminhada por meio eletrônico (e-mail), conforme organização administrativa da CONTRATANTE.

1.9. Todas as despesas decorrentes da execução do objeto, incluindo transporte, tributos, encargos trabalhistas, fiscais, comerciais e previdenciários, serão de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA, nos termos da legislação aplicável.

1.10. É facultado à CONTRATANTE promover acréscimos ou supressões no quantitativo de beneficiários do contrato, nos termos do art. 125 da Lei nº 14.133/2021.

1.11. Os quantitativos estimados poderão ser acrescidos ou suprimidos em até 25% (vinte e cinco por cento), conforme disposto no §1º do art. 125 da Lei nº 14.133/2021, observada a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

1.12. Integram o presente contrato, independentemente de transcrição, todos os documentos constantes do respectivo processo licitatório, em especial o edital, o termo de referência e a proposta apresentada pela CONTRATADA, os quais passam a vinculá-la integralmente, prevalecendo as disposições deste instrumento em caso de divergência. São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- A. O Estudo Técnico Preliminar e o Termo de Referência que embasou a contratação;
- B. O Edital de Licitação; Edital Resumido, Proposta do vencedor;
- C. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2 - CLÁUSULA II – DO PRAZO DE VIGÊNCIA, CONDIÇÕES E LOCAL DE ENTREGA

2.1. O contrato terá início a partir da assinatura do termo contratual, publicação, emissão da ordem de fornecimento/serviço e emissão da nota de empenho, quando aplicável, observadas as disposições do edital e da legislação pertinente.

2.2. A contratação possui natureza contínua, nos termos do art. 106 da Lei nº 14.133/2021, por se tratar de serviço essencial à manutenção da disponibilização mensal do auxílio-alimentação aos servidores beneficiários.

2.3. O prazo inicial de vigência contratual será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado nos termos da legislação aplicável, desde que demonstrada a vantajosidade, a regularidade da execução e o interesse público.

2.4. A execução do objeto compreenderá a disponibilização mensal dos créditos nos cartões alimentação dos servidores, conforme solicitação formal da CONTRATANTE.

2.5. A entrega dos cartões deverá ocorrer na sede da FETI, situada à Rua Major Eustáquio nº 790, Bairro São Benedito, Uberaba/MG, ou em local e horário previamente indicados pela CONTRATANTE, sem prejuízo de outros meios seguros de entrega autorizados.

2.5.1. Os cartões deverão ser entregues preferencialmente ao Departamento de Desenvolvimento e Gestão de Pessoas, de segunda a sexta-feira, em horário de expediente administrativo, mediante conferência e recibo.

2.6. A primeira remessa dos cartões deverá ser entregue em até 20 (vinte) dias úteis, contados da assinatura do contrato e do recebimento das informações cadastrais necessárias. As demais remessas deverão ser realizadas em até 10 (dez) dias úteis, contados da solicitação da CONTRATANTE.

2.7. Os serviços serão recebidos nos termos do art. 140 da Lei nº 14.133/2021, mediante recebimento provisório e definitivo, conforme a natureza da prestação.

2.8. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal do contrato ou equipe designada, após a entrega dos cartões, disponibilização dos créditos e demais verificações administrativas cabíveis.

2.9. O recebimento definitivo será realizado pelo gestor do contrato, após análise da conformidade da execução, da regularidade dos créditos disponibilizados e demais condições contratuais.

2.10. A CONTRATADA fica obrigada a reparar, corrigir, substituir ou regularizar, às suas expensas, no todo ou em parte, quaisquer falhas, vícios ou irregularidades, incluindo problemas de sistema, cartões, saldos, divergências ou falhas na rede credenciada.

2.11. Todas as demais condições de execução, prazos operacionais e procedimentos administrativos observarão o disposto no edital e no Termo de Referência.

2.12. O recebimento do objeto não exime a CONTRATADA da responsabilidade por vícios ou falhas posteriormente constatadas, nos termos da legislação aplicável.

3 – CLÁUSULA III – DO VALOR DO CONTRATO

4

3.1. O valor global estimado pelo período de 12 (doze) meses é de **R\$ XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX** (XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX), deste contrato corresponde ao montante destinado à disponibilização dos créditos de auxílio-alimentação aos servidores da FETI, acrescido da taxa de administração contratada, a ser remunerada conforme a efetiva execução dos serviços, mediante disponibilização mensal dos créditos nos cartões alimentação, após a liquidação da despesa, por meio de ordem bancária.

3.2. Deverão estar incluídas na taxa de administração todas as despesas necessárias à execução do objeto, sem quaisquer ônus adicionais à Fundação, tais como implantação, gerenciamento, administração e emissão dos cartões, sistemas operacionais, tributos, encargos trabalhistas, fiscais, previdenciários, comerciais e quaisquer outros custos diretos ou indiretos incidentes sobre a execução contratual.

4 - CLÁUSULA IV - DO PAGAMENTO

4.1. O pagamento será realizado mediante a efetiva disponibilização mensal dos créditos de auxílio-alimentação aos servidores beneficiários, devidamente atestada pelo Fiscal e pelo Gestor do contrato, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

4.1.1. A Nota Fiscal/Fatura correspondente deverá conter, no mínimo, a descrição dos serviços prestados, o número do contrato e do processo licitatório, o quantitativo de beneficiários, o valor nominal do benefício, o percentual da taxa de administração, quando aplicável, e demais informações necessárias à correta liquidação da despesa.

4.1.2. A Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) deverá ser encaminhada em formato eletrônico ao setor competente da FETI, conforme endereço de e-mail indicado pela Administração, acompanhada do Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica (DANFE), quando aplicável.

4.1.3. A Nota Fiscal deverá conter as retenções tributárias aplicáveis, especialmente o Imposto de Renda, conforme legislação vigente, exceto nos casos de empresas optantes pelo Simples Nacional, mediante comprovação.

4.2. O pagamento será efetuado após a liquidação da despesa, por meio de ordem bancária, preferencialmente pelo Banco do Brasil, no prazo estabelecido no instrumento convocatório, contado a partir do protocolo da Nota Fiscal/Fatura.

4.3. Na hipótese de aplicação de penalidades pecuniárias, estas poderão ser descontadas dos valores devidos à CONTRATADA, sem prejuízo das demais sanções previstas na legislação aplicável.

4.4. A liberação do pagamento ficará condicionada ao atendimento integral das condições contratuais e à efetiva disponibilização dos créditos aos beneficiários.

4.5. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto houver pendência de obrigação contratual ou irregularidade na execução do objeto.

4.6. Não haverá pagamento antecipado, salvo nas hipóteses expressamente previstas na legislação vigente.

4.7. Na hipótese de atraso no pagamento por culpa da CONTRATANTE, o valor devido será corrigido na forma da legislação aplicável.

4.8. Como condição para o pagamento, a CONTRATADA deverá manter todas as condições de habilitação exigidas na licitação, especialmente regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária.

4.9. Caso a CONTRATADA possua regime de recolhimento centralizado de FGTS, deverá apresentar a documentação comprobatória correspondente.

4.10. O descumprimento das obrigações contratuais ou a perda das condições de habilitação poderá ensejar a aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, inclusive a adoção das medidas administrativas cabíveis.

5 - CLÁUSULA V – DO GESTOR E FISCAL DO CONTRATO

5.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as disposições da Lei nº 14.133/2021, respondendo cada parte pelas consequências de sua inexecução total ou parcial, nos termos do art. 115 da referida Lei.

5.1.1. Compete ao Gestor e ao Fiscal do contrato o exercício das atribuições previstas nos arts. 24, 25 e demais dispositivos aplicáveis do Decreto Municipal nº 3.815/2023.

5.2. A execução do objeto deste contrato será acompanhada e fiscalizada por servidores formalmente designados pela FETI, na condição de Gestor e Fiscal do contrato, aos quais caberá, respectivamente, o gerenciamento e a fiscalização da execução contratual referente ao fornecimento de materiais de expediente e didáticos, competindo-lhes:

- Acompanhar a execução do contrato;
- Dirimir dúvidas e orientar a CONTRATADA;
- Registrar todas as ocorrências relacionadas à execução contratual;
- Determinar a regularização de falhas ou defeitos constatados;
- Comunicar à autoridade competente quando as providências excederem sua competência, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

5.3. Ficam designados para a gestão e fiscalização do contrato os seguintes servidores:

GESTOR DO CONTRATO:

Bruno Neuber Vieira
Matrícula: 641

5.3.1. Compete ao Gestor do contrato:

- I – acompanhar e gerenciar a execução contratual;
- II – emitir Ordem de Fornecimento;
- III – controlar a vigência do contrato;
- IV – comunicar à autoridade superior eventuais irregularidades;
- V – adotar as providências necessárias à boa execução contratual.

FISCAL DO CONTRATO:

Vânia Maria Zorzo Maura

Matrícula: 642

5.4. Compete ao Fiscal do contrato:

- I – acompanhar e fiscalizar a execução do objeto contratado, referente ao fornecimento de materiais de expediente e didáticos;
- II – verificar a conformidade dos materiais entregues com as especificações pactuadas;
- III – registrar todas as ocorrências em instrumento próprio;
- IV – comunicar ao Gestor eventuais irregularidades;
- V – atestar o recebimento dos itens para fins de pagamento.

5.5. O ato de designação do Gestor e do Fiscal do contrato será publicado juntamente com o extrato do contrato, após sua assinatura.

5.6. A FETI manterá atualizadas as informações relativas ao Gestor e ao Fiscal do contrato, devendo eventuais substituições decorrentes de afastamento, férias, impedimento ou exoneração ser formalizadas nos autos do processo administrativo e por ato administrativo próprio, nos termos da legislação vigente.

6 – CLÁUSULA VI – DOS RECURSOS FINANCEIROS

6.1 A despesa referente a essa prestação de serviços será empenhada na seguinte dotação orçamentária e/ou suas correspondentes para o próximo exercício:

XX

7 – CLÁUSULA VII – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto contratual, por meio de servidores formalmente designados, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

7.2. Designar gestor e fiscal do contrato, responsáveis pelo acompanhamento da execução contratual.

7.2.1. Compete ao gestor e ao fiscal do contrato promover o acompanhamento dos serviços prestados, o registro de ocorrências, a conferência documental e demais providências necessárias à regular execução contratual.

7.3. Fornecer à CONTRATADA as informações necessárias para emissão, gerenciamento, bloqueio, substituição e recarga dos cartões alimentação, observadas as disposições legais aplicáveis à proteção de dados pessoais.

7.3.1. Manter atualizada a relação dos servidores beneficiários, comunicando admissões, desligamentos, afastamentos, alterações cadastrais, bloqueios, cancelamentos e demais movimentações necessárias à execução contratual.

7.4. Solicitar à CONTRATADA a emissão de cartões, segundas vias, recargas, bloqueios, estornos e demais procedimentos necessários à adequada prestação dos serviços.



7.5. Comunicar formalmente à CONTRATADA quaisquer irregularidades verificadas na execução dos serviços.

7.5.1. Consideram-se irregularidades, dentre outras, falhas nos cartões, inconsistências de saldo, indisponibilidade do sistema, problemas na rede credenciada ou atendimento inadequado.

7.6. Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços executados em desacordo com as especificações estabelecidas no Termo de Referência, edital, contrato e proposta da CONTRATADA.

7.7. Efetuar o pagamento à CONTRATADA na forma e prazos previstos neste contrato, desde que os serviços tenham sido devidamente executados e atestados.

7.8. Exercer a fiscalização da execução do objeto na forma prevista na Lei nº 14.133/2021 e demais legislações aplicáveis.

7.9. Orientar os beneficiários quanto à utilização dos cartões alimentação, sem prejuízo das orientações e suporte a serem prestados pela CONTRATADA.

7.10. Prestar as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA, desde que pertinentes à execução contratual.

7.11. Aplicar, quando cabíveis, as penalidades previstas neste contrato, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

7.12. Promover a conferência dos relatórios, faturas e demais documentos apresentados pela CONTRATADA, podendo recusar aqueles que estiverem em desacordo com as disposições contratuais.

7.13. Suspender ou interromper, quando necessário e devidamente justificado, a execução contratual, observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021.

8 – CLÁUSULA VIII– DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. Executar o objeto de acordo com as especificações constantes no Termo de Referência, edital, proposta apresentada e contrato, observando as disposições da Lei nº 14.133/2021.

8.2. Manter representante ou preposto devidamente qualificado para interlocução com a FETI durante toda a execução contratual.

8.2.1. O preposto deverá prestar os esclarecimentos, suporte técnico e informações necessárias ao regular acompanhamento da execução contratual.

8.3. Responsabilizar-se integralmente pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, tributários, comerciais e demais despesas decorrentes da execução do contrato.

8.4. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à FETI, aos servidores beneficiários ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo de seus empregados, representantes ou prepostos.

8.5. Disponibilizar cartões alimentação com chip de segurança, senha individual e pessoal, devidamente bloqueados e lacrados, conforme condições estabelecidas no contrato.

8

8.5.1. Os cartões deverão ser entregues devidamente personalizados e acompanhados das orientações básicas de utilização.

8.5.2. Disponibilizar aplicativo compatível com Android e iOS, central de atendimento e sistema web para gerenciamento do benefício.

8.6. Garantir a disponibilização dos créditos aos beneficiários na data definida pela FETI, independentemente de falhas internas, salvo motivo de caso fortuito ou força maior devidamente comprovado.

8.7. Efetuar bloqueio, substituição, reemissão e segunda via dos cartões, nos casos de perda, furto, roubo, defeito, extravio ou falha operacional.

8.7.1. Permitir que o próprio beneficiário realize solicitação de bloqueio por meio de aplicativo, central de atendimento ou sistema equivalente.

8.7.2. Responsabilizar-se pela reposição de créditos em casos de clonagem, fraude ou falha de segurança atribuível à CONTRATADA.

8.8. Manter rede credenciada adequada e compatível com a execução do objeto, garantindo o regular funcionamento dos cartões nos estabelecimentos habilitados.

8.8.1. Disponibilizar relação atualizada da rede credenciada, contendo, no mínimo, nome empresarial, endereço e tipo de estabelecimento.

8.8.2. Manter identificação visível da aceitação do cartão nos estabelecimentos credenciados, por meio físico ou digital.

8.9. Disponibilizar sistema web administrativo para utilização pela FETI, permitindo a realização de recargas, bloqueios, estornos, emissão de relatórios e demais rotinas administrativas relacionadas ao contrato.

8.10. Disponibilizar suporte técnico e treinamento inicial aos servidores indicados pela FETI para utilização do sistema administrativo.

8.11. Responder às solicitações da FETI referentes a falhas de sistema, inconsistências de saldo, não aceitação de cartões e demais ocorrências operacionais no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, salvo situações urgentes que demandem prazo inferior.

8.12. Comunicar imediatamente à FETI qualquer incidente de segurança da informação, indisponibilidade sistêmica, falha operacional relevante ou situação que possa comprometer a execução contratual.

8.13. Cumprir integralmente as disposições da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD, utilizando os dados dos beneficiários exclusivamente para execução do contrato.

8.13.1. Adotar medidas de segurança, sigilo, confidencialidade e prevenção de incidentes relacionadas ao tratamento de dados pessoais.

8.14. Manter, durante toda a execução contratual, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

9

8.15. Submeter-se à fiscalização da FETI, prestando todos os esclarecimentos e informações solicitadas relacionados à execução do contrato.

8.16. Não ceder, transferir ou subcontratar o objeto contratual, no todo ou em parte, sem prévia e expressa autorização da FETI.

8.17. Não cobrar dos servidores beneficiários quaisquer valores relativos à utilização regular dos cartões, emissão, reemissão, manutenção, atendimento ou suporte, salvo hipótese expressamente admitida no edital ou contrato.

09 – CLÁUSULA IX – DA RESCISÃO E EXTINÇÃO CONTRATUAL

9.1.1. A FETI poderá considerar rescindido unilateralmente o contrato, sem que caiba à CONTRATADA qualquer direito de indenização ou retenção, nos seguintes casos:

- a) não cumprir ou cumprir de forma irregular as cláusulas contratuais ou normas editalícias, especialmente quanto às especificações, quantidades, qualidade ou prazos de entrega dos materiais de expediente e didáticos;
- b) desatender às determinações regulares da fiscalização ou da autoridade superior;
- c) promover alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que comprometa a execução do contrato;
- d) decretação de falência, insolvência civil, dissolução da sociedade ou fato que comprometa a execução contratual;
- e) ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, que impeçam a execução do contrato;
- f) constatação, a qualquer tempo, de documentação falsa ou fato impeditivo à execução do contrato;
- g) razões de interesse público, devidamente justificadas pela autoridade competente;
- h) infringir qualquer cláusula contratual;
- i) recusar-se, injustificadamente, a atender às solicitações de fornecimento;
- j) não atender às exigências da fiscalização quanto aos itens fornecidos;
- k) descumprir os prazos de entrega estabelecidos.

9.1.2. Rescindido o contrato por culpa da CONTRATADA, esta responderá por todos os prejuízos causados à FETI, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

9.1.3. A CONTRATADA não terá direito à indenização por itens não fornecidos, podendo a FETI reter valores eventualmente devidos para compensação de multas e demais encargos.

9.1.4. Os casos de rescisão serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito ao contraditório e à ampla defesa.

9.1.5. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE nos casos de rescisão unilateral, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

9.1.6. O termo de rescisão será precedido de relatório contendo, quando cabível:

- I – relação das obrigações já cumpridas ou parcialmente cumpridas;
- II – relação dos pagamentos efetuados e pendentes;
- III – apuração de multas, indenizações e demais encargos.

9.1.7. As multas eventualmente aplicadas poderão ser descontadas dos valores devidos à CONTRATADA. Caso não haja saldo suficiente, a CONTRATADA será notificada para pagamento no prazo de 10 (dez) dias úteis, sob pena de cobrança administrativa ou judicial.

9.1.8. A aplicação de penalidades não exime a CONTRATADA da obrigação de reparar integralmente os danos causados à Administração.

9.1.9. As penalidades serão aplicadas mediante processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

9.1.10. A CONTRATADA reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos arts. 137 a 139 da Lei nº 14.133/2021.

10 - CLÁUSULA X – DAS PENALIDADES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Na aplicação de penalidades/sanções serão observadas as disposições constantes na Lei Federal nº 14.133/2021, além das previstas nas legislações pertinentes.

10.2. As infrações administrativas passíveis de responsabilização são aquelas elencadas no artigo 155 da Lei Federal nº 14.133/2021.:

10.3. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas as seguintes sanções:

- a) Advertência;
- b) Multa;
- c) Impedimento de licitar e contratar;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.3.1. A sanção de advertência prevista na alínea “a” do item 10.3, será aplicada quando houver a inexecução parcial do contrato e/ou instrumento equivalente, de pequena relevância e a critério da FETI, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

10.3.1.1. A apuração de responsabilidade por infrações passíveis da sanção alínea “a” se dará em processo administrativo sumaríssimo, facultando-se a defesa do licitante ou contratado no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar da ciência (artigo 285 do Decreto Municipal 3.815/2023).

10.3.2. A multa de que trata a alínea “b” do item 10.3, poderá ser aplicada em qualquer uma das infrações descritas no artigo 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, e não poderá ser inferior a 0,5%

(cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato e/ou instrumento equivalente.

10.3.3. O impedimento de licitar e contratar previsto na alínea “c” do item 10.3, será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do artigo 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

10.3.3.1. Aplicada a penalidade de que trata o subitem anterior, ficará o responsável impedido de licitar ou contratar com a Administração Direta e Indireta do MUNICÍPIO, pelo prazo máximo de 03 (três) anos.

10.3.3.2. As hipóteses para aplicação da penalidade prevista na alínea “c” do item 10.3, estão elencadas no artigo 278 do Decreto Municipal 3.815/2023.

10.3.4. A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar - alínea “d” do item 10.3 – será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do artigo 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida 10.3 deste contrato.

10.3.4.1. Aplicada a penalidade de que trata o subitem anterior ficará o responsável impedido de licitar ou contratar com a Administração Direta e Indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos.

10.4. Somente a sanção estabelecida na alínea “d” do item 10.3 será precedida de análise jurídica da Fundação.

10.5. As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” do item 10.3 poderão ser aplicadas cumulativamente com a sanção de multa prevista na alínea b deste contrato.

10.5.1. A multa que se refere a alínea “b” do item 10.3, uma vez aplicada e para efeito de cobrança, será automaticamente deduzida do pagamento a que fizer jus a CONTRATADA penalizada.

10.5.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela FETI a CONTRATADA penalizada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, quando essa existir, ou será cobrada judicialmente.

10.5.3. A aplicação das sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” do item 10.3, previstas no artigo 270 do Decreto Municipal nº 3.815/2023, requererá a instauração de processo de responsabilização, de que trata o artigo 158 da Lei Federal nº 14.133/2021, a ser conduzido pela Comissão Processante.

10.6. A aplicação das sanções previstas no item 10.3, não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado a FETI.

10.7. O atraso injustificado na execução do objeto sujeitará o licitante à multa demora, na forma prevista neste instrumento.

10.7.1. A aplicação de multa de mora não impedirá que a FETI a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato ou instrumento equivalente com a aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.

10.8. É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a FETI, quando da aplicação de penalidade, desde que atenda o determinado no artigo 163 da Lei Federal nº 14.133/2021.

10.9. A competência para determinar a instauração do processo administrativo, julgamento e aplicação das sanções administrativas serão das seguintes autoridades:

I. A sanção de advertência será do gestor do contrato ou da autoridade máxima do órgão ou entidade municipal;

II. As sanções de multa e impedimento de licitar e contratar, serão do Controlador-Geral do Município ou da autoridade máxima da entidade municipal, quando for o caso;

III. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será da autoridade máxima do órgão ou da entidade municipal, sendo que, neste caso, no âmbito da Administração Indireta, a instauração e o processamento serão feitos no jurídico da FETI e, ao final, remetidos os autos para julgamento pela Autoridade Máxima do órgão.

11 - CLÁUSULA XI – DA GARANTIA DO CONTRATO

11.1. Para assegurar o fiel cumprimento das obrigações assumidas, poderá ser exigida da CONTRATADA garantia de execução contratual correspondente a 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato, nos termos dos arts. 96 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021.

11.1.1. A garantia deverá permanecer válida durante toda a vigência contratual e por, no mínimo, 90 (noventa) dias após o encerramento do contrato, observadas as disposições editalícias e contratuais.

11.1.2. A garantia poderá ser prestada nas modalidades admitidas pela legislação vigente, incluindo caução em dinheiro, seguro-garantia ou fiança bancária.

11.2. A garantia contratual assegurará o ressarcimento de prejuízos decorrentes de inadimplemento contratual, multas aplicadas, danos causados à Administração, aos servidores beneficiários ou a terceiros, bem como obrigações trabalhistas, fiscais, previdenciárias e demais encargos inadimplidos, quando cabível.

11.3. A garantia será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato, desde que inexistam pendências, multas, glosas, danos ou obrigações remanescentes imputáveis à CONTRATADA.

11.4. A exigência de garantia não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pela reparação integral de danos causados à FETI, aos beneficiários ou a terceiros, nem afasta a aplicação das sanções administrativas cabíveis.

11.5. A CONTRATADA deverá garantir o regular funcionamento dos cartões alimentação, sistemas operacionais, aplicativo, plataforma web e demais serviços relacionados ao objeto contratado durante toda a vigência contratual.

11.5.1. Os cartões deverão possuir chip de segurança, senha individual e mecanismos adequados de proteção contra fraude, clonagem ou utilização indevida.

11.5.2. Eventuais falhas, indisponibilidades, inconsistências de saldo, erros sistêmicos ou defeitos operacionais deverão ser solucionados pela CONTRATADA sem ônus para a FETI ou para os beneficiários.

11.6. A CONTRATADA deverá substituir cartões defeituosos, danificados, extraviados, furtados ou roubados, observados os prazos e procedimentos estabelecidos no Termo de Referência, edital e contrato.

11.6.1. O bloqueio de cartões e preservação de saldo deverão ocorrer imediatamente após comunicação do beneficiário ou da FETI.

11.6.2. A CONTRATADA será responsável pela reposição de créditos utilizados indevidamente em razão de falha operacional, fraude, clonagem ou defeito atribuível ao sistema disponibilizado.

11.7. Todos os custos relacionados à emissão, reemissão, substituição, entrega, bloqueio ou manutenção dos cartões serão de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA, salvo disposição expressa em contrário prevista no edital ou contrato.

11.8. A garantia dos serviços previstos nesta cláusula possui caráter independente da vigência contratual, podendo a FETI exigir a correção de falhas ou reparação de prejuízos verificados durante a execução do contrato ou posteriormente, quando decorrentes de responsabilidade da CONTRATADA.

12 - CLÁUSULA XII – DA PUBLICAÇÃO

12.1. Incumbirá à FETI providenciar a publicação deste instrumento, em sua integralidade, no Portal de Transparência / Prefeitura Municipal de Uberaba e Portal Nacional de Contratações Públicas, no prazo previsto na Lei nº 14.133, de 2021.

13 - CLÁUSULA XIII – DO REAJUSTE/DO REEQUILÍBRIO

13.1. O presente contrato é firmado pelo prazo de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado nos termos da legislação vigente. Durante o primeiro ano de vigência, não haverá reajuste.

13.1.1. Nos casos em que couber reajuste, este será realizado nos termos do art. 25, §7º da Lei nº 14.133/2021, com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA/IBGE, observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contados da data do orçamento estimado, aplicável exclusivamente às obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

13.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, será observado o intervalo mínimo de 01 (um) ano, contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

13.3. Caso o índice estabelecido para reajuste venha a ser extinto ou não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, aquele que vier a ser determinado pela legislação vigente.

13.4. Na ausência de previsão legal para o índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial por meio de termo aditivo.

14

13.5. O reajuste será formalizado por apostilamento.

13.6. Do Reequilíbrio Econômico-Financeiro

13.6.1. Nos termos do art. 124, II, “d”, da Lei nº 14.133/2021, o valor do contrato poderá ser revisto para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial, nas hipóteses de fatos imprevisíveis, ou previsíveis de consequências incalculáveis, bem como em casos de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe.

13.6.2. Os pedidos de reequilíbrio deverão ser devidamente instruídos com documentos que comprovem a ocorrência das situações alegadas.

13.6.3. Caberá à Administração analisar e decidir sobre o pedido, verificando se o fato impactou efetivamente os preços pactuados.

13.6.4. Na análise, não será considerada a margem de lucro da CONTRATADA, mas sim o impacto real nos custos do fornecimento dos uniformes.

13.6.5. Poderá haver revisão de preços quando ocorrer variação relevante e comprovada nos custos de produção, tais como aumento de matéria-prima (tecidos, insumos têxteis), mão de obra ou outros componentes diretamente relacionados ao objeto contratado.

13.6.6. Não serão aceitas justificativas decorrentes de mera troca de fornecedor ou de gestão interna da CONTRATADA.

13.6.7. O reequilíbrio incidirá apenas sobre o saldo contratual remanescente, não sendo admitida a ampliação da margem de lucro.

13.6.8. A CONTRATANTE deverá emitir decisão no prazo de até 01 (um) mês, contado da conclusão da instrução do pedido.

13.6.9. A diferença percentual entre o valor contratado e o valor estimado não poderá ser reduzida em favor da CONTRATADA em decorrência de alterações contratuais, conforme art. 128 da Lei nº 14.133/2021.

13.7. Da Repactuação

13.7.1. Não se aplica repactuação de preços ao presente contrato, por se tratar de fornecimento de bens, ressalvadas as hipóteses legais cabíveis.

14 - CLÁUSULA XIV – DAS ALTERAÇÕES

14.1. Das alterações contratuais – Termos gerais:

14.1.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.1.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.1.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.1.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

14.1.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.1.6. Para atender a seus interesses, a Fundação poderá alterar quantitativos, sem que isto implique alteração dos preços unitários ofertados na proposta da CONTRATADA, obedecidos os limites estabelecidos no art. 125, da Lei Federal nº 14.133/2.

14.2. Das alterações e pedidos de substituição de marcas:

14.2.1. O fornecedor poderá solicitar a substituição de marca somente nos casos em que houver justificativa técnica ou necessidade comprovada. O pedido deverá ser formal, protocolado com antecedência junto à FETI e obrigatoriamente acompanhado das provas que sustentem as alegações apresentadas.

14.2.2. Os pedidos de substituição de marca somente serão analisados mediante autorização expressa da Administração, que poderá aprová-los ou rejeitá-los de acordo com o interesse público e a conveniência administrativa.

14.3. Das alterações dos Preços apresentados na proposta da contratada

14.3.1. Os preços apresentados na proposta vencedora pelo contratado (transcritos no item 1 deste contrato) permanecerão inalterados, **NÃO** podendo sofrer qualquer aumento, de nenhuma forma, durante os primeiros 12 (doze) meses de vigência do contrato.

14.3.2. A contratada assume a obrigação de cumprir integralmente os valores ofertados em sua proposta, assinada e protocolada de livre arbítrio na plataforma oficial.

14.3.3. Em caso de prorrogação do contrato, os preços serão reajustados conforme os índices previstos neste instrumento (item 13) e de acordo com a realidade do mercado local, mediante pesquisa de preços realizada pela Administração. O reajuste poderá ser aplicado tanto para atualização monetária quanto para repactuação, quando necessário, a fim de assegurar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

15 - CLÁUSULA XV – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS E SENSÍVEIS

15.1. Para os fins desta cláusula, consideram-se os seguintes conceitos:

a) Dado pessoal: informação relacionada a pessoa natural identificada ou identificável;

b) Dado pessoal sensível: dado pessoal sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico;

c) Controlador: a quem compete as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais, especialmente relativas às finalidades e os meios de tratamento de dados pessoais.

d) Operador: quem realiza tratamento de dados pessoais de acordo com parâmetros estabelecidos pelo controlador.

e) Tratamento: toda operação realizada com dados pessoais, como coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, eliminação, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, difusão, avaliação, controle, modificação, comunicação, transferência ou extração;

15.2. Para os fins desta relação, considera-se o Contratante Controlador e a Contratada Operadora, sendo que a Operadora deverá atuar nos limites estabelecidos pelo Controlador.

15.3. O tratamento de dados pessoais realizado entre as PARTES será regido pelo disposto na Lei nº 13.709, de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), ficando as PARTES comprometidas a adequar as atividades profissionais que envolvam o tratamento de dados pessoais à lei, cumprindo suas respectivas obrigações.

15.4. A CONTRATADA informa que o responsável pela assinatura do presente instrumento é também o responsável pela gestão dos dados, inclusive os pessoais, decorrentes de sua formalização. Caso queira indicar outra pessoa, deverá fazer no ato da assinatura.

15.5. As PARTES se comprometem a tratar os dados pessoais e dados pessoais sensíveis decorrentes deste contrato observando a legislação aplicável a espécie e as determinações de órgão reguladores e/ou fiscalizadores sobre a matéria, em especial, a LGPD, sob pena de aplicação das sanções cabíveis.

15.6. O tratamento de quaisquer dados pessoais e dados pessoais sensíveis decorrentes deste contrato seguirá rigorosamente a finalidade descrita na Cláusula Primeira deste Contrato, sendo restrito naquilo que se fizer imprescindível à sua execução.

15.7. Caso uma das PARTES deseje tratar os dados pessoais compartilhados para quaisquer outros fins, deverá propor aditivo de contrato que informe claramente a respeito das novas atividades de tratamento a serem realizadas, sendo facultativo à outra PARTE sua aceitação, haja vista a alteração de finalidade para a qual o contrato foi previamente formalizado.

15.8. As PARTES se comprometem a não transferir e/ou compartilhar com terceiros, os dados tratados em razão desta relação, a menos que seja requisito essencial para o cumprimento deste contrato e mediante autorização prévia e expressa da outra PARTE, ou que seja em decorrência de observância ao dever legal e/ou determinação judicial, sempre respeitando os parâmetros deste contrato e as normas da LGPD.

15.9. Em qualquer hipótese, a transferência e/ou compartilhamento dos dados pessoais e de dados sensíveis com terceiros, a outra PARTE deverá ser previamente comunicada, a qual deverá

decidir sobre a exequibilidade do compartilhamento, inclusive notificando os titulares dos dados ou solicitando a sua notificação pela PARTE, quando assim couber.

15.10. No contexto do tratamento, armazenamento, transferência e/ou compartilhamento de dados, as PARTES deverão garantir a confidencialidade, disponibilidade e integridade dos dados, empregando as técnicas de segurança mais atualizadas de mercado, tais como a criptografia e a geração de logs para auditorias, inclusive para arquivos de backup, sob pena de rescisão e aplicação de sanções cabíveis.

15.11. As PARTES se comprometem a notificar a outra, em no máximo 03 (três) dias, a respeito de qualquer incidente de segurança que possa acarretar risco ou dano relevante aos titulares de dados pessoais, bem como a cooperar ativamente e agir proativamente na identificação, apuração e remediação de incidentes de segurança envolvendo os dados pessoais sob sua tutela.

15.12. A comunicação de incidentes deverá conter todas as informações relacionadas ao evento, e, essencialmente:

- (i) a descrição dos dados envolvidos;
- (ii) a quantidade de dados envolvidos (volumetria do evento); e
- (iii) os titulares dos dados afetados pelo evento.

15.13. A FETI se reserva no pleno direito de regresso contra a CONTRATADA por qualquer ônus, dano, perda, prejuízo ou custos que venha a sofrer em função de mau uso, de desvio de finalidade ou de tratamento indevido dos dados pessoais ora compartilhados, por descumprimento ao contrato e às regras da LGPD.

15.14. As atividades de tratamento de dados conduzidas pelas PARTES poderão durar a vigência do contrato, exceto quando houver exigência legal que estabeleça o contrário.

15.15. Decorrido o prazo para o cumprimento da obrigação legal ou judicial, as PARTES deverão destruir todos os dados e informações constantes em seus arquivos referentes à outra que não sejam necessários para cumprimento de obrigação legal ou regulatória.

15.16. Caso uma das PARTES continue a tratar os dados pessoais, será a única responsável por eventual incidente de segurança, bem como pelo cumprimento de qualquer direito dos titulares de dados ou da LGPD, mantendo a outra PARTE indene de qualquer responsabilidade.

15.17. Em caso de ocorrência de prejuízo aos titulares de dados e/ou às PARTES decorrentes da não observância nas normas constantes deste contrato, a PARTE que der causa ao prejuízo se obriga a indenizar a outra pelos danos sofridos, sejam eles de natureza patrimonial ou extrapatrimonial, sem prejuízo das sanções penais cabíveis, respeitando o contraditório e ampla defesa.

16 - CLÁUSULA XVI – DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. Integram este contrato, independentemente de transcrição, todos os documentos vinculados ao Processo de Licitação – Pregão Eletrônico nº 02/2026, especialmente os termos do Edital e da respectiva proposta da CONTRATADA, observados, no couber, os disciplinamentos ditados na Lei Federal nº 14.133/2021.

16.2. Os casos omissos serão resolvidos pelas partes contratantes, de comum acordo, com base na legislação em vigor.

16.3. As alterações posteriores, que se façam necessárias no presente instrumento, serão efetuadas por “Termos Aditivos”, que integrarão o contrato, para todos os fins e efeitos de direito.

16.4. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 124 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

16.5. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica se aquela e/ou seus dirigentes mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

16.6. A CONTRATADA não poderá se valer do contrato a ser celebrado para assumir obrigações perante terceiros, dando-o como garantia, nem utilizar os direitos de crédito, a serem auferidos em função dos produtos entregues, em quaisquer operações de desconto bancário, sem prévia autorização da FETI, sob pena de incorrer em quebra de cláusula contratual ensejando, inclusive, sua rescisão de pleno direito.

17 - CLÁUSULA XVII – FORO

17.1. As partes contratantes elegem o Foro da Comarca de Uberaba MG para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/2021.

E estando assim as partes, justas e acordadas, assinam o presente Termo de Contrato em 02(duas) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo, para que produzam seus efeitos legais.

Uberaba (MG), xx/xx/2026

FUNDAÇÃO DE ENSINO TÉCNICO INTENSIVO “DR. RENÊ BARSAM” - FETI

Prof.ª. Sônia Manzan

Presidente FETI – Decreto nº 0039/2025

(CONTRATANTE)

xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx - CNPJ nº xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

CPF xxxxxxxxxxxxxxxx

(Representantes legal)

(CONTRATADA)

Gestor:

Fiscal:

Bruno Neuber Vieira

Diretor do Departamento de Desenvolvimento e
Gestão de Pessoas

Matricula: 641

Vania Maria Zorzo

Coordenadora de Tesouraria – FETI

Matricula:642

Testemunhas: